



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Análise das Alternativas de Âncora Monetária para a Economia
Angolana**

Maria Cláudia Calandula

Orientação: Professora Doutora Isabel Maria Pereira Viegas Vieira
e Professor Doutor Carlos Manuel Rodrigues Vieira

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Évora, 2015



UNIVERSIDADE DE ÉVORA

ESCOLA DE CIÊNCIAS SOCIAIS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

**Análise das Alternativas de Âncora Monetária para a Economia
Angolana**

Maria Cláudia Calandula

Orientação: Professora Doutora Isabel Maria Pereira Viegas Vieira
e Professor Doutor Carlos Manuel Rodrigues Vieira

Mestrado em Economia Monetária e Financeira

Évora, 2015

UNIVERSIDADE DE ÉVORA

Dedicatória

Aos meus queridos pais, que sempre acreditaram em mim. Pois este trabalho é uma grande conquista familiar.

Agradecimentos

Agradeço em primeiro lugar a Deus, meu divino professor Espírito Santo, que sempre me acompanhou e me revestiu de forças e coragem para continuar e não desistir, e por ter-me aberto a mente para perceber, apreender e terminar este trabalho.

À Universidade de Évora, pela oportunidade concedida para realização deste curso. Aos meus orientadores, Prof. Isabel Maria Pereira Viegas Vieira e Prof. Carlos Manuel Rodrigues Vieira pela orientação, compreensão, paciência, atenção e acima de tudo pelo estímulo durante a elaboração deste trabalho.

Ao Instituto Português de Apoio ao Desenvolvimento (IPAD) em participação com Instituto Nacional de Bolsas de Estudo de Angola (INABE) pela bolsa concedida durante o meu Mestrado que, conseqüentemente tornou possível a concretização do meu sonho.

À Biblioteca da Universidade de Évora e à Biblioteca do Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa de Lisboa (ISCTE) pelo apoio bibliográfico e pelo bom atendimento.

Ao meu pai pelo incentivo e apoio incondicional, à minha mãe que em todo o momento em que pensava em desistir, me dava imensa força para continuar a acreditar (pelo facto de ouvi-la e pelas suas fortes orações).

Aos meus queridos irmãos, familiares, amigos e colegas, que sempre mostraram-se preocupados e me ajudaram de alguma forma a chegar ao fim de mais uma etapa da minha vida, o meu muito obrigado.

A todos os que acreditaram em mim e que contribuíram, direta ou indiretamente para a concretização deste trabalho, agradeço do fundo do meu coração.

Análise das Alternativas de Âncora Monetária para a Economia Angolana

Resumo

Nesta dissertação analisam-se cinco possibilidades de âncora monetária para a economia angolana, na sua transição para um cenário de união monetária completa no âmbito da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC): o dólar norte-americano, o euro, a libra esterlina, o iene japonês e o rand sul-africano. A análise empírica segue a metodologia proposta por Bayoumi e Eichengreen (1997), que operacionalizaram a teoria de zonas monetárias ótimas, através da criação de um índice que permite comparar a probabilidade de sucesso de projetos alternativos de integração monetária. O estudo utiliza dados para o período 1999-2012 e os resultados sugerem que a atual escolha de ligação da moeda angolana ao dólar norte-americano é a mais adequada. A segunda melhor opção seria a moeda da África do Sul, país que também participa neste projeto de integração e relativamente ao qual tem havido convergência real com a economia angolana.

Palavras-chave: Zonas monetárias ótimas; integração monetária; âncoras monetárias; Angola.

Analysis of Alternative for Monetary Anchors for Angolan Economy

Abstract

In this thesis we analyze five possible monetary anchors for the Angolan economy in its transition to a scenario of complete monetary union in the context of the Southern African Development Community (SADC): the American dollar, the euro, the sterling pound, the Japanese yen and South African rand. The empirical analysis follows the methodology proposed by Bayoumi and Eichengreen (1997), which operationalized the theory of optimum currency areas by creating an index that allows comparing the probability of success of alternative monetary integration projects. The study uses data for the period 1999-2012 and the results suggest that the current choice of connecting the Angola currency to the US dollar is the most appropriate. The second best option would be the currency of South Africa, a country that also participates in this project of economic and monetary integration and for which there has been real convergence with the Angolan economy.

Keywords: Optimum currency areas; monetary integration; monetary anchors; Angola.

Índice Geral

Agradecimentos	4
Resumo	5
Abstract	6
Lista de Abreviaturas	8
Lista de Quadros	9
Lista de Figuras	9
1. Introdução	10
2. A Sociedade e Economia Angolanas	12
2.1. Uma Breve Caracterização de Angola	12
2.2. Sociedade Angolana	13
2.3. Economia Angolana	16
2.4. História da Integração Regional de Angola	38
3. A Escolha de uma Âncora Monetária na Perspetiva da TZMO	46
4. O Índice de Zona Monetária Ótima de Bayoumi e Eichengreen	52
5. Conclusões	59
6. Bibliografia	62
7. Outras Fontes de Informação	64
8. Anexo	65

Lista de Abreviaturas

BNA - Banco Nacional de Angola

CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central

CEIC/UAN - Centro de Estudos e Investigação Científica da Universidade Católica de Angola

COMESA - Mercado Comum dos Estados da África Central e Oriental.

CPM - Comité de Política Monetária

FMI - Fundo Monetário Internacional

IDH - Índice de Desenvolvimento Humano

IDE - Investimento Direto Estrangeiro

ISCED - Instituto Superior de Ciências da Educação

LUIBOR - Luanda Interbank Offered Rate

MED - Ministério da Educação

MMQO - Método dos Mínimos Quadrados Ordinários

OGE - Orçamento Geral do Estado

OUA - Organização da Unidade Africana

QOPM - Quadro Operacional da Política Monetária

SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral

TZMO - Teoria de Zonas Monetárias Ótimas

UM - União Monetária

UA - União Africana

Lista de Quadros

Quadro nº 1 – Evolução do PIB Angolano

Quadro nº 2 – Produção de Petróleo em Angola

Quadro nº 3 -- Principais Países das Importações de Angola

Quadro nº 4 – Taxas de Inflação

Quadro nº 5 -- Diferenciais Cambiais em Angola

Quadro nº 6 -- Défice Fiscal Angolano

Quadro nº 7 – Assimetria das Conjunturas Nacionais

Quadro nº 8 – Dissemelhança da Composição das Exportações

Quadro nº 9 – Abertura Comercial Bilateral

Quadro nº 10 – Dimensão Económica Relativa

Quadro nº 11 – Índice de ZMO

Lista de Figuras

Figura nº1 – Taxas de Juro de Empréstimos e dos Depósitos, 1998-2013

Figura nº2 – Taxas de Inflação em Angola, 1991-2013

Figura nº3: Taxa de câmbio face ao dólar e ao euro

Figura nº4 – Défice Fiscal angolano,1991-2000

Figura nº5 – Índice de ZMO

1. Introdução

Os países africanos têm, ao longo do tempo, participado simultaneamente em vários projetos de integração regional. Apesar de muitos destes projetos serem ambiciosos em termos dos fins que pretendem alcançar, poucos têm sido aqueles que, efetivamente, são atingidos. Angola tem participado desta tendência, tendo, ao longo do tempo, sido membro de vários agrupamentos. Atualmente, aquele em que o país está mais envolvido é a Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (SADC). Sem ter ainda concretizado qualquer dos objetivos propostos neste âmbito, e tendo recentemente adiado pela segunda vez a entrada na Zona de Comércio Livre da SADC, Angola mantém os seus planos de aprofundar a sua integração no seio desta comunidade.

Tendo em vista o cenário de crescente integração da economia angolana na SADC, o objetivo desta dissertação é analisar cinco possíveis âncoras monetárias para a moeda angolana, na sua transição para uma união monetária completa: o dólar norte-americano, o euro, a libra esterlina, o iene japonês e o rand sul-africano. Muitos países africanos envolvidos em projetos de integração económica e monetária têm sido aconselhados a fixar as suas moedas, por um período de tempo razoável, antes de adotarem uma moeda comum (Mundell, 2002). Desta forma, terão tempo para se habituarem a gerir as respetivas economias sem os instrumentos de política cambial e monetária, ao mesmo tempo que conseguem manter os progressos entretanto conseguidos na integração comercial e na coordenação macroeconómica.

O objetivo de integração monetária completa, isto é da partilha de uma moeda comum por países independentes, pode ser avaliado sob várias perspetivas. Nesta dissertação adotamos a abordagem da teoria das zonas monetárias ótimas (TZMO), tradicionalmente utilizada para avaliar potenciais ganhos e perdas de projetos de integração económica e monetária.

Utilizando o índice de ZMO, proposto por Bayoumi e Eichengreen (1997) para operacionalizar a TZMO, e um modelo calibrado para economias africanas desenvolvido por Vieira e Vieira (2013), nesta dissertação avaliamos a adequação das âncoras monetárias referidas para a moeda angolana, no período de transição para a integração monetária completa.

A dissertação está organizada da seguinte forma: depois destas notas introdutórias, no capítulo 2 apresentamos e contextualizamos a sociedade e a economia angolanas,

fazendo uma breve análise descritiva da evolução recente da população angolana, dos aspetos mais relevantes da conjuntura económica e dos projetos de integração em que Angola tem participado.

No capítulo 3 fazemos uma breve revisão da bibliografia mais relevante relacionada com a TZMO. Sem descurar as contribuições mais recentes, é dado destaque aos desenvolvimentos iniciais produzidos pelos autores chave nesta área: Mundell, McKinnon e Kennen.

O capítulo 4 descreve o modelo de variação cambial utilizado para calcular o índice de ZMO que serve de base à avaliação da qualidade e adequação das âncoras monetárias consideradas, e apresenta os resultados da sua aplicação.

O capítulo 5 conclui a dissertação com uma análise das suas implicações mais relevantes.

2. A Sociedade e Economia Angolanas

2.1 Uma Breve Caracterização de Angola

Angola é um país africano cujo nome deriva do termo Bantu *Ngola*. Bantu são povos africanos que fazem parte de uma comunidade cultural com civilização comum e linguagens similares. Após muitos anos de conflitos, cruzamentos e alvoroços, estes mantiveram as raízes da sua origem comum. Está localizada na zona austral de África, sendo o território limitado a norte pela República Democrática do Congo, a sul pela República da Namíbia, a leste pela República da Zâmbia e a oeste pelo Oceano Atlântico. Possui uma superfície de 1.246.700 km² e é o sétimo maior país de África.

Angola encontra-se dividida em dezoito províncias: Bengo, Benguela, Bié, Cuando Cubango, Cabinda, Cunene, Huambo, Huíla, Kwanza-Norte, Kwanza-Sul, Luanda, Lunda-Norte, Lunda-Sul, Malange, Moxico, Namibe, Uíge e Zaire, sendo Luanda a capital.

A língua oficial é o português mas são faladas várias línguas africanas, reconhecidas como línguas nacionais: kimbundu, umbundu, kikongo, nganguela, kwanyama tchokwe e fiote ou ibinda. Há nove grupos etnolinguísticos: Ovimbundu, Kimbundu, Bacongo, Ovambus, Nhyanecas-Humbe, Hereros, Lunda-Tchokwe, Ganguela e Khoisan.

Angola caracteriza-se por uma notável variedade climática. De outubro a abril é a época chuvosa e de maio a agosto é a época seca, com temperaturas baixas. O interior do país está dividido em três áreas: norte, com grande pluviosidade e temperaturas altas; o Planalto Central, região que compreende as províncias do Huambo, Bié e Benguela, tem uma estação seca conhecida como cacimbo, com temperaturas médias da ordem dos 19°C; e a zona sul, caracterizada por amplitudes térmicas muito acentuadas, dada a sua proximidade ao deserto do Kalahari (que faz fronteira com a Namíbia, Botswana e África do Sul) e à sua influência de massas de ar tropical.

O país dispõe de vários recursos minerais, de entre os quais se destacam o petróleo, diamante e gás natural. O petróleo representa 90% das exportações nacionais e constitui o principal suporte da economia angolana. O subsolo angolano é também rico em fosfatos, substâncias betuminosas, ferro, cobre, magnésio, ouro e rochas ornamentais.

Em termos religiosos, a maior parte da população angolana está ligada ao cristianismo. São muito relevantes as orientações católica, protestante, baptista, metodista, adventista e pentecostal. Apenas uma minoria professa a religião muçulmana.

2.2 Sociedade Angolana

Ao contrário do que é sugerido pelas Nações Unidas, que aconselham a realização de censos populacionais a cada 10 anos, o último censo realizado em Angola data de 1970. Por esta razão, a informação relativa à população do país até ao final do século XX é muito incerta. Desde a sua independência, em 1975, Angola sempre registou elevado crescimento populacional. Com base nos resultados do registo eleitoral de 2007, o CEIC/UCAN divulgou no Relatório Económico de 2010, previsões de uma população de 19 milhões de habitantes, que correspondia aos dados do relatório do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2010, realizado pelas Nações Unidas que indicava uma taxa de crescimento natural de 3,25%.

Após muitos anos em que o número de habitantes era indeterminado e aproximado pelos resultados de estudos independentes, o Governo angolano decidiu organizar um recenseamento geral da população e da habitação em maio de 2014, por intermédio do Instituto Nacional de Estatística de Angola. Os resultados ainda preliminares do censo mostram que a população angolana é de 24,3 milhões de habitantes, sendo 11,8 milhões do sexo masculino (48%) e 12,5 milhões do sexo feminino (52%). A província de Luanda é a mais populosa e a província do Bengo é a menos populosa do país.

Esta população é estruturalmente bastante jovem. A pirâmide etária típica de Angola apresenta uma base bastante larga e um vértice estreito, refletindo o número elevado de nascimentos e o alto nível de fecundidade que prevalece no país. Segundo as estatísticas sociais das Nações Unidas, a esperança média de vida angolana era de 51,9 anos em 2013. As taxas de mortalidade infantil são muito elevadas, correspondendo a 150 óbitos com menos de um ano por mil nados vivos e de mortalidade infanto-juvenil de 250 em mil nascimentos. Em 2013, Angola apresentou um IDH bastante baixo de 0.526, o que corresponde ao lugar 149 num total de 187 países (os valores mais altos e mais baixos são, respetivamente, Noruega com 0.944

e Nigéria com 0.337). Apesar disso, a evolução tem sido muito positiva já que em 2000 o valor do IDH era de 0.375.

As missões religiosas deram um contributo substancial para o sistema educacional angolano no tempo colonial. Contudo, o ensino proporcionado era limitado, não abrangendo toda população. O Decreto-Lei nº 44530 de 21 de Agosto de 1963 estabelecia que Angola ficava a dispor de uma gama de estudos que ia do ensino primário ao superior, incluindo artes e ofícios, técnico-profissional, liceal, magistérios e médios (Freitas, 1963 p. 419). Durante este período, a igreja Católica perde o monopólio do sistema educacional no território angolano. Na sequência deste processo houve uma reestruturação e foi feito um grande investimento no ensino, que permitiu expansão e diversificação do sistema educacional na sociedade central e o surgimento de escolas elementares nas sociedades rurais. Porém, o nível de escolaridade era de muito curta duração; boa parte dos docentes não tinha qualificação adequada, e o acesso continuava a ser muito restrito.

Entretanto, antes de 1961 não existia ensino universitário em Angola e um número restrito de angolanos beneficiava de bolsa de estudo para se licenciar no exterior. Só em 1963 foi fundada a Universidade de Luanda, segundo o modelo tradicional português. Em 1970 foi aberta a faculdade de economia.

Após a independência, verifica-se uma expansão progressiva do ensino, bem como a democratização do acesso e a busca de qualidade. No entanto, não foi possível alcançar os objetivos pretendidos por causa da forma violenta como foi feita a descolonização e da guerra civil que lhe sucedeu (1975-2002). Estes fatores contribuíram para manter o baixo nível médio de instrução da população e de qualificação da mão-de-obra. Apesar do contexto negativo, o número de alunos no nível de instrução primário passou de cerca de 500.000 em 1973 para 1.315.342 em 1977 (MED,1989).

Apesar deste crescimento, havia uma enorme discrepância entre o número de alunos que tinham acesso ao ensino e os que terminavam o ensino primário em resultado do número de desistências e da falta de aproveitamento. Tendo em conta estas dificuldades, e o desequilíbrio que o sistema educacional enfrentava, em 1991 foi criado o “Projeto de Educação para todos” e, na Conferência mundial de Jomtien, analisaram-se alguns aspetos considerados preocupantes sobre a educação de base no país:

- O orçamento Geral do Estado contribuía apenas com cerca de 8 a 10% para a educação, o que era um valor muito baixo em termos internacionais;
- Somente 46% das crianças entre 6 e 14 anos estavam inseridas no sistema de ensino, o que contribuiu para a manutenção de altas taxas de analfabetismo (estimativas apontam para valores superiores a 70% para o analfabetismo adulto em 1990);
- Mais de 75% dos professores não apresentavam preparação mínima para assegurar uma educação de base com qualidade.

Em 1992 foi efetuada nova reforma estrutural do sistema de ensino com a publicação da Lei Orgânica do Ministério da Educação, mas a continuação da guerra civil fazia com que fosse grande a falta de estruturas físicas e de equipamento no interior do país (a capital não era tão afetada pela guerra). Os níveis de alfabetização e de escolarização oficiais continuavam a ser baixos, mas ainda assim eram bastante inferiores aos valores reais. A falta de professores qualificados continuava e o número de horas de aprendizagem era reduzido, justificando o baixo nível de qualificações exibido pelos alunos à saída do ensino primário.

Muitas escolas funcionavam com grandes dificuldades e com apoio de organizações internacionais. Nesta fase verificou-se uma redução do contingente escolar. Simultaneamente, os alunos que terminavam o ensino primário já não frequentavam as classes avançadas. O abandono precoce era muito elevado, particularmente para as crianças do sexo feminino. Tudo isso resultava, de um modo geral, da falta de verbas tanto da parte do Estado como das famílias e provocou também a transferência de professores para outros setores de atividades, como forma de assegurar a própria sobrevivência.

De 1993 a 1995, as matrículas aumentaram substancialmente e a frequência das escolas cresceu, de facto. O número de professores aumentou, particularmente nas cidades que mais população recebia devido ao conflito armado, nomeadamente Luanda e Benguela. O número de professores estrangeiros era reduzido mas, em Luanda, o Instituto Superior de Ciências de Educação (ISCED) empregava professores de várias nacionalidades, entre as quais se destacavam os cubanos e os oriundos de países da Europa de Leste. Não obstante a presença destes, a saída de quadros portugueses, e mesmo de angolanos, deixou o setor educacional numa situação deficitária que, ainda hoje, está longe de se poder considerar resolvida.

Com o tempo, os esforços governamentais têm procurado melhorar o nível de educação do país. Desde 2000 foram construídas muitas escolas e universidades públicas e privadas, não somente na capital mas em todas as províncias do país. Atualmente, continua a haver grande quantidade de professores estrangeiros a contribuir para o processo educativo em Angola, bem como professores nacionais formados no estrangeiro.

Ainda que os níveis de educação da população continuam a ser baixos, no período de 2003 a 2011 Angola reduziu muito a sua taxa de analfabetismo, tendo passado de 44% para 33%. De acordo com dados das Nações Unidas (Human Development Report, 2013), o número esperado de anos na escola passou de 4,2 em 1980, para 4,6 em 2000 e 10,2 em 2012. O número médio de anos na escola continua a ser de apenas 4,7.

2.3 A Economia Angolana

Após muitos anos de conflito armado (como referimos atrás, a guerra civil prolongou-se de 1975-2002), a economia angolana tem sido das que mais tem crescido a nível mundial, em larga medida devido ao ritmo da produção petrolífera. Ainda assim, o percurso desta economia tem sido conturbado e o país recorreu várias vezes à ajuda do Fundo Monetário Internacional (FMI). Em 2009, essa ajuda consubstanciou-se num Acordo Stand-By, orientado para a estabilização macroeconómica e para o aumento da diversificação económica, visto que a economia está demasiado dependente da produção do petróleo (de acordo com dados do Banco Mundial (2013), em 2012 os rendimentos do petróleo representavam 45.1% do PIB).

Uma vez que a economia angolana está muito dependente da produção petrolífera, ela foi fortemente atingida pela quebra dos preços do petróleo verificada após a crise financeira de 2007. Em 2008-09, esta quebra provocou uma grande baixa nas reservas de divisas e desestabilizou a economia angolana, levando ao pedido de ajuda ao FMI. O mesmo acabou por se verificar em 2015, na sequência de novas quebras no preço do petróleo, o que só reforça a necessidade de diversificação desta economia.

Em 2012 Angola ocupava o terceiro lugar em África, em termos de dimensão do PIB e o segundo no que respeita à exportação de petróleo. O quadro 1 mostra os valores

relativos ao PIB a preços correntes (total e per capita) e em termos de crescimento real, bem como a produção de petróleo em milhões de barris por dia.

Quadro nº1 - Evolução do PIB Angolano

	PIB a preços correntes (USD Mil Milhões)	Taxa de Crescimento Real do PIB (%)	PIB per capita a preços correntes (USD)
2000	9.1	3.0	687.8
2001	8.9	3.1	650.8
2002	11.4	14.5	805.7
2003	14.0	3.3	659.4
2004	19.8	10.2	1322.3
2005	30.6	20.9	1987.5
2006	43.8	19.0	2758.4
2007	55.4	23.2	3390.9
2008	67.6	13.8	4022.4
2009	75.5	2.4	4081.1
2010	82.5	3.4	4328.5
2011	99.3	3.7	5305.4
2012	109.0	7.9	5706.2
2013	117.3	6.7	5964.5

Fonte: FMI

A evolução da taxa de crescimento real do PIB angolano desde o início do século, evidencia as elevadas taxas de crescimento observadas sobretudo a meio do período considerado.

Os dados apresentados relativos ao PIB real entre 2004 e 2008 mostram que a economia angolana tem registado um crescimento muito acentuado, sendo a evolução deste indicador macroeconómico suportada pelo aumento da produção do petróleo. A ligeira redução ocorrida entre 2009 e 2011, por causa da crise financeira internacional, que levou à redução das receitas petrolíferas, está espelhada na descida das taxas de crescimento para valores entre 2.4%, 3.4% e 3.7% nesses anos.

O crescimento da economia angolana está assente na elevada produção petrolífera e no alto preço do petróleo nos mercados internacionais. Segundo dados da Central Intelligence Agency (CIA) norte americana, a produção petrolífera e as atividades a ela

ligadas correspondem a 85% do PIB do país, sendo a extração de diamantes e a sua exportação responsáveis por 5% do PIB.

O quadro nº 2 mostra a evolução da produção petrolífera em Angola de 2000 a 2013.

Quadro nº 2 Produção de Petróleo em Angola (milhões de barris/dia)

2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013
746,1	741,9	896,1	902,3	1054,4	1249,2	1419,9	1747,5	1979,3	1908,0	1947,7	1799,9	1831,6	1889,4

Fonte: United States Energy Information Administration- International Energy Statistics

Angola tornou-se membro da Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) em finais de 2006. Contudo, o alto rendimento das receitas petrolíferas não se tem refletido na qualidade de vida da população angolana. A dependência face à produção petrolífera provoca vários problemas de que destacamos dois. Por um lado, a economia fica muito vulnerável a choques externos. Por outro, uma vez que este setor não é intensivo em mão-de-obra, gera poucos empregos e não promove a distribuição da riqueza gerada pela população.

O Governo angolano tem procurado diminuir essa dependência, que ainda representa mais de 90% das exportações do país, com o objetivo de reduzir o desemprego e combater a fome e a pobreza. Em 2015, Angola está a deparar-se de novo com uma grande redução do preço do petróleo. Esta situação confirma a necessidade de diversificação económica para minorar os efeitos da dependência estrutural. O país enfrenta assim um ano difícil, sendo no entanto expectável que a economia possua os fundos necessários para sustentar-se até acontecer a alteração positiva do preço deste recurso.

As taxas de desemprego têm sido muito elevadas e as possibilidades de produção angolanas ainda não estão a ser utilizadas de forma eficiente. Muitos setores ainda permanecem por explorar e, por essa razão, ainda não realizaram o seu potencial de contribuição para a criação de riqueza em Angola. Ainda que o papel do Estado seja muito importante, a iniciativa privada tem grande potencial para a criação de melhores condições de oferta de postos de trabalho para a população.

Entretanto, a economia formal não tem tido capacidade de oferta sustentada de novos postos de trabalho. A maior parte da população está inserida no setor informal, não contribuindo oficialmente para o PIB. Segundo fontes internacionais, Angola é dos

países da África subsariana que apresenta taxas mais altas de desemprego e a segunda mais elevada da SADC, com valores entre 35% a 40%.

Em termos setoriais, o setor primário, sendo um ramo não mineiro, tem sido restaurado de forma lenta de modo a atingir o nível que tinha no início da década de 90 do século passado. As terras cultivadas representavam apenas 3% do total das terras cultiváveis. Estas beneficiam de chuvas regulares e são ideais para culturas de exportação, como o café, sisal, tabaco, algodão, palma, açúcar, frutos citrinos e sésamo. Angola foi, na época colonial, um dos quatro maiores produtores de café do mundo.

Atualmente, o setor agrícola está em fase de crescimento lento. A agricultura enfrenta sérios problemas, decorrentes do severo clima de insegurança que se viveu por todo país. Os agricultores vivem em condições precárias e enfrentam grandes dificuldades para obterem sementes, fertilizantes e outros fatores de produção, bem como para a comercialização dos seus produtos junto dos consumidores das zonas urbanas.

De acordo com o Banco Mundial, o setor agrícola emprega dois terços da mão-de-obra angolana, e teve um crescimento robusto de 7,3% em 2012, tendo no entanto permanecido abaixo da taxa média dos 10 anos anteriores que foi de 13%. Em 2012 a seca reduziu a produção de muitos alimentos básicos, incluindo o milho.

Relativamente ao setor secundário, responsável por 18% do PIB em 1973, provavelmente era pouco eficaz, devido à forte proteção aduaneira. Recentemente está composto por indústrias de pequena dimensão como agro-alimentar, bebidas e têxtil, sendo que a sua participação ao PIB caiu abaixo de 4%. Por conseguinte, as indústrias de grande dimensão como cimento, refinaria petrolífera e aço funcionam a um nível bem inferior à sua capacidade máxima de produção.

A restauração das infra-estruturas (concretamente a construção de estradas e pontes) tem sido notável, apesar de lenta. Em conjunto tem-se observado uma mini-explosão da construção de imóveis residenciais em Luanda, traduzida no crescimento muito acentuado do setor da construção (cresceu 12,6% em 2003).

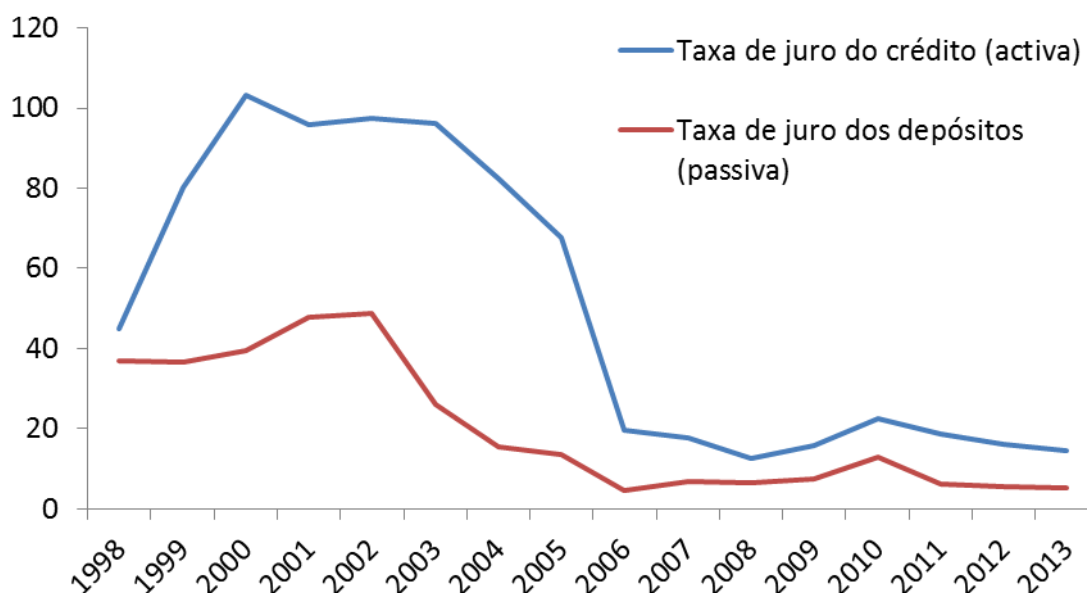
O setor da indústria transformadora apresentou em 2012 uma taxa de crescimento relativamente baixa (1,3%), que reflete uma descida abrupta relativamente aos valores de 2010 e 2011, de 10,7% e 13%, respetivamente.

Existe uma Zona Económica Especial de Luanda-Bengo constituída por fábricas de plástico, vidro e outros.

Quanto ao setor terciário, é também observável o seu crescimento. De destacar o turismo, que tem sido objeto de grande evolução intensificada a partir de 1996 com a criação do Ministério de Hotelaria e Turismo. A partir de 2002, com a conquista da paz, foram aprovados vários programas para este sector.

Ainda no âmbito dos serviços é de assinalar o grande crescimento de bancos e de empresas financeiras nacionais e estrangeiras. Simultaneamente, tem-se verificado uma grande diminuição das taxas de juro, ativas e passivas, ao longo do tempo (ver Figura 1).

Figura nº1 Taxas de Juro dos Empréstimos e dos Depósitos



Fonte: Economist Intelligence Unit (EIU)

As relações comerciais externas de Angola têm-se intensificado, à medida que se concretizam as relações de interesses mútuos com grandes economias do mundo. Apresentamos no quadro nº 3 os principais países de origem das importações de Angola.

Quadro nº 3 – Principais Países das Importações de Angola

Países	2008	Países	2009	Países	2010
Portugal	2.623,1	Portugal	3.149,0	Portugal	2.412,9
EUA	1.482,9	EUA	2.420,7	Holanda	1.711,2
China	1.351,8	China	1.677,2	China	1.418,8
Holanda	1.216,9	Holanda	1.157,0	EUA	1.238,3
Bélgica	844,8	Bélgica	1.444,9	Bélgica	1.209,0
Brasil	759,6	Brasil	1.403,8	Reino Unido	847,5
Índia	659,9	Índia	1.256,4	Brasil	843,1
Reino Unido	601,2	Reino Unido	990,2	África do Sul	674,7
África do Sul	530,6	África do Sul	878,9	França	536,4
EAU	528,2	EAU	790,1	Namíbia	486,2
Outros	4.229,4	Outros	6.989,3	Outros	5.288,8
Subtotal (SNA)	14.828,3	Subtotal (SNA)	22.547,6	Subtotal (SNA)	16.667,0
Subtotal (outros setores)	6.153,9	Subtotal (outros setores)	112,4	Subtotal (outros setores)	0,0
Total Geral	20.982,2	Total Geral	22.659,9	Total Geral	16.667,0

Países	2011	Países	2012
Portugal	3.105,5	Portugal	3.878,5
Holanda	2.627,2	Singapura	2.666,8
República da Coreia	2.237,4	China	2.189,1
EUA	1.657,7	Holanda	1.790,2
China	1.541,1	Bélgica	1.582,9
Bélgica	1.213,5	EUA	1.294,3
Brasil	846,5	Brasil	1.041,9
África do Sul	763,4	África do Sul	898,1
Reino Unido	582,8	EAU	896,9
EAU	520,0	Reino Unido	580,3
Outros	5.133,4	Outros	6.897,9
Subtotal (SNA)	20.228,4	Subtotal (SNA)	23.716,9
Subtotal (out. setores)	0,0	Subtotal (out. setores)	0,0
Total Geral	20.228,4	Total Geral	23.716,9

Fonte: BNA/DES. Valores em milhões de dólares norte-americanos.

O Investimento Direto Estrangeiro (IDE) tem vindo a ganhar relevância na economia angolana. O país é o sétimo, no contexto do continente africano, que recebeu mais

projetos de investimento entre 2003 a 2011. Correspondendo o IDE à entrada de capitais de cidadãos não nacionais para um determinado país, tem-se observado um elevado fluxo de capital estrangeiro que tem contribuído para o crescimento do Produto Interno Bruto. Segundo a CIA, o IDE em Angola atingiu valores de 227.000.000,00 milhões de dólares norte-americanos em 2006, 3.933.000.000,00 mil milhões de dólares norte-americanos em 2009, e 4.883.000.000,00 em 2010.

Constata-se assim a forte presença de capitais estrangeiros em Angola, onde se destacam mais de 200 empresas de capital português. Em 2006 registaram-se fluxos de IDE português no valor de 186 milhões de dólares norte-americanos. Os maiores investidores a seguir a Portugal são os EUA, Reino Unido, Espanha e África do Sul, que também têm implementado projetos de investimento relevantes.

Apesar do relativo bom desempenho no contexto africano, Angola ocupa atualmente o 139º lugar entre 142 países classificados no índice de competitividade global, divulgado pelo World Economic Forum. Em termos de facilidade de executar negócios, ocupa em 172º lugar no ranking da Doing Business 2012, num conjunto de 183 países.

A política monetária é um meio ao dispor das autoridades monetárias de um país para controlar a quantidade de moeda em circulação, o nível das taxas de juro e a liquidez no sistema económico. Em Angola, a política monetária sempre esteve ligada à política fiscal, cujo objetivo é a redução do défice orçamental do Estado. A junção destas políticas concretiza-se na cobertura de défices fiscais, feita pela emissão de moeda e na redução do crédito e da moeda em circulação na economia.

No âmbito desta ligação entre políticas, o Governo angolano tem aplicado desde 1989 programas de política económica orientados para a estabilidade económica. A título de exemplo, referimos o programa de 2000, intitulado Programa de Política Económica e Social. No âmbito deste programa, a política monetária beneficiou de um enquadramento institucional favorável (aprovado em 1999 da nova Lei das Instituições Financeiras), da liberalização dos mercados monetário e cambial, do levantamento das restrições sobre a importação com recursos próprios e da regulamentação do recurso ao crédito do exportador. Relativamente à liberalização do mercado monetário, os títulos do Banco Central passaram a ser um dos instrumentos da política monetária angolana. Também foi estabelecido o controlo da inflação a dois dígitos como grande desígnio da política monetária para o ano 2000.

Determinou-se a instituição de limites para os ativos internos líquidos dos bancos; a definição de reservas obrigatórias; a conservação em correspondentes idóneos de parte substancial da carteira de depósitos em moeda estrangeira; a administração da taxa de redesconto.

A partir de 2003, o BNA adotou uma política monetária restritiva, tendo tomado para o efeito várias medidas, das quais destacamos (ver Relatório Anual BNA 2004, p. 13): o alargamento da base de incidência das reservas obrigatórias, com afetação dos depósitos em moeda externa, e uniformização do coeficiente a aplicar aos depósitos, que passou a ser de 15%, independentemente da moeda (nacional ou estrangeira), para aumentar a eficácia do mecanismo de controlo da liquidez; a redinamização dos mercados primários e secundário de títulos e incremento significativo da emissão e utilização de títulos do Banco Central (TBC), nas Operações de Mercado Aberto para esterilização dos excessos de liquidez na economia, não obstante o impacto negativo desses encargos nos custos operacionais do BNA; a manutenção dos níveis da taxa de redesconto, por se haver considerado adequação aos indicadores vigentes da inflação. Embora a inflação registasse uma tendência de queda optou-se por manter por mais algum tempo os níveis estabelecidos no aviso de 11 de agosto, i.e. 150%, 152% e 154% para as faixas A, B e C do crédito de tesouraria, e 150% para o crédito caucionado, para preservar o carácter excecional desse mecanismo (Relatório Anual BNA, 2004).

A execução da política monetária em 2004 baseou-se nos instrumentos aprovados nos anos precedentes em particular em 2003, tendo sido tomadas medidas complementares ao nível de organização e implementação, visando a sua eficiência (Relatório Anual BNA, 2004).

No final de agosto de 2011, foi criado o Comité de Política Monetária (CPM) composto pelos membros do Conselho de Administração do BNA para implementação de uma nova política monetária angolana com o objetivo de fixar taxas de juro adequáveis ao mercado e mantendo sempre o controlo da inflação.

Sendo assim, nos termos da Lei 16/10 de 15 de Julho, o BNA deve pôr em funcionamento a política monetária no país, visto que o seu principal objetivo é conservar o valor da unidade monetária nacional e alcançar estabilidade de preços na economia.

Entretanto, é da responsabilidade do BNA conservar o adequado equilíbrio entre a quantidade de moeda em circulação com o nível de atividade económica ou do crescimento do produto de modo a impedir que ocorram pressões inflacionistas.

Atualmente, os instrumentos utilizados para a gestão da política monetária angolana são os seguintes:

Reservas Obrigatórias - taxas que os Bancos Centrais aplicam aos bancos comerciais reduzindo os depósitos que são convertidos em empréstimos. A taxa de aplicação em Angola é 10%.

Comercialização de Divisas – relacionada com a compra e venda de moedas estrangeiras em mercados internacionais.

Colocação de Títulos Públicos - que permite obter recursos para financiamento da dívida pública e financiar o funcionamento do governo.

Operações de Mercado Aberto - são operações de compra e venda de títulos públicos que permitem ao Banco Central regular a oferta de moeda na economia.

Com os objetivos de promover a eficácia destes instrumentos e proporcionar o amadurecimento do sistema monetário angolano, o BNA decidiu aplicar o *Quadro Operacional para a Política Monetária* para permitir o funcionamento dos canais de transmissão monetária e manter a estabilidade de preços na economia.

Este QOPM aplicou a noção Taxa Básica de Juro de referência, designada por Taxa BNA, que tem como objetivo orientar a política monetária. Um aumento dessa taxa indica uma política monetária restritiva, que pode levar a uma subida de preços no curto prazo. Neste caso, pode provocar inflação e pôr em causa o objetivo do BNA (que é também do Governo angolano) de promoção da estabilidade de preços. A diminuição dessa taxa indica uma política monetária expansionista, que pode permitir a desaceleração da inflação no curto prazo.

Como é referido no QOPM (p. 3): “Para além de sinalizadora da política monetária, pretende-se igualmente que a Taxa BNA sirva de referência para as taxas praticadas pelas instituições financeiras no mercado monetário interbancário, onde, entre si, trocam posições de liquidez e, deste modo, influencie a taxa de juro a utilizar para a generalidade das operações intermediadas pela banca nacional”.

O QOPM angolano tem estado a inovar e a implementar muitos outros instrumentos para o bom funcionamento da política monetária angolana, como as Operações de Redesconto (instrumento que os bancos comerciais utilizam para efetuar empréstimos entre si), facilidades permanentes de cedência de liquidez e intervenções no mercado cambial.

De acordo com QOPM (BNA, 2011, p.4): “Para que os novos instrumentos possam executar a sua função, é necessário que os canais de transmissão ganhem maior dimensão e profundidade, por isso a dinamização do mercado interbancário é essencial. E para que o mesmo possa ocorrer sob critérios de eficiência e transparência, o quadro operacional introduziu a LUIBOR - Luanda Interbank Offered Rate, que é uma taxa média resultante das taxas de juro cobradas entre os bancos comerciais no mercado monetário.

Para maturidades superiores a 30 dias e até 365 dias, o apuramento da LUIBOR obedecerá o mesmo critério utilizado pela generalidade dos sistemas de recolha de determinação de taxas, incluindo a LUIBOR e a Euribor, que tem por base de cálculo a informação prestada pelo grupo de maiores bancos operadores, sobre as taxas de juro oferecidas e aceites pelos tomadores de liquidez, depuradas das taxas representadas por vinte cinco por cento das taxas mais altas e, igualmente, das taxas mais baixas nas diferentes maturidades. Assim o cálculo não será baseado em taxas de juro de operações efetivamente realizadas, mas nas cotações oferecidas para cada maturidade.

Porém, espera-se que a LUIBOR se situe entre a taxa de juro cobrada pelo Banco Nacional de Angola na sua facilidade permanente de cedência de liquidez e oferecida pela facilidade permanente de depósito”.

De acordo com Ferreira (2006), o aumento generalizado dos preços, o racionamento e o tabelamento dos preços, não são mais do que sintomas e consequências da tensão inflacionista provocada pelo desequilíbrio entre a procura e a oferta. Sendo o aumento generalizado dos preços uma das consequências mais comuns desse desequilíbrio, a inflação tem como resultado a diminuição do poder de compra de uma determinada quantia de dinheiro. É um termo usado para identificar a subida generalizada dos preços numa economia, durante um certo período de tempo, em geral um ano.

A inflação é calculada utilizando indicadores sintéticos (índices de preços). Os preços desempenham na economia um papel essencial no ajustamento dos mercados pois são o reflexo, em cada momento, da informação relevante sobre as intenções de compra e de venda. É por esta razão que a intervenção dos governos, quando acontece, não deve provocar distorções que perturbem esta função informativa que os preços têm.

Todavia, a inflação retira credibilidade e valor a moeda. Consequentemente, as famílias e as empresas ficam com menor poder de compra, sobretudo quando a

aceleração da inflação não é antecipada e se esta provocar grandes alterações nos preços relativos. Nestes casos, as decisões económicas passam a ser distorcidas e envoltas em incerteza. Diz-se assim que a inflação está para a economia como miopia para as pessoas – não as deixa ver longe, com clareza. A inflação não antecipada é um imposto para quem tem moeda na sua posse e pode também ser um fenómeno monetário de longo prazo, causada pelo aumento de stock nominal da moeda em circulação.

No passado recente, a economia angolana viveu em ambiente de inflação elevada e não antecipada. Desde a década de 90 do século passado, a convivência com altas taxas de inflação tem sido uma constante. Nessa altura, os preços subiam tão depressa que o dinheiro perdia rapidamente o seu valor e as compras de produtos eram feitas por troca direta. Isto é, troca de produtos sem utilização de moeda. As pessoas perderam confiança no sistema monetário angolano. O resultado deste fenómeno foi o excesso de moeda em circulação, também causado pela falta de controlo na emissão de moeda.

Quadro nº 4 - Taxas de Inflação

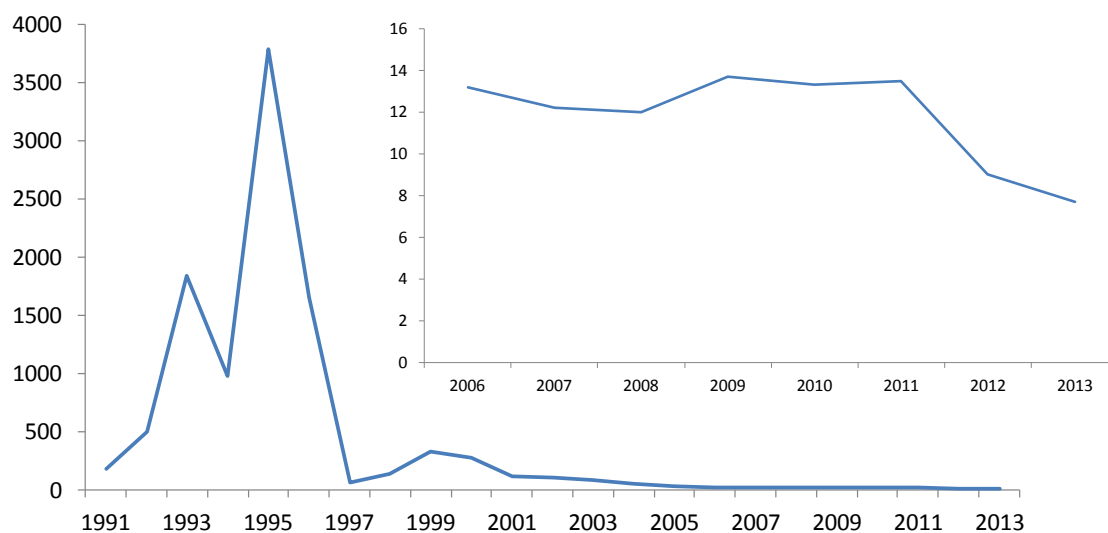
Anos	Taxa de Inflação Anual (%)	Anos	Taxa de Inflação Anual (%)
1991	175,72	2003	76,6
1992	495,80	2004	43,8
1993	1837,71	2005	23
1994	971,87	2006	13,2
1995	3783,98	2007	12,2
1996	1651,31	2008	12
1997	63,95	2009	13,7
1998	134,78	2010	13,3
1999	328,99	2011	13,5
2000	268,35	2012	9,02
2001	110	2013	7,69
2002	106		

Fonte: Índice de Preços do Instituto Nacional de Estatística de Angola (1991-2000) e Index Mundi- taxas de inflação de Angola (2001-2013).

“A estabilidade da moeda é uma condição fundamental para a constituição duma poupança nacional, em particular privada. Mais do que a existência de taxas de juro passivas atrativas, o valor da moeda é, na verdade, o esteio para a acumulação de capital. Os cidadãos, ao estarem dispostos a assinar contratos monetários de longo prazo entre si, confiam que o nível de preços futuro não seja muito diferente relativamente ao de partida, na base do qual as transações são feitas no presente” (Rocha, 1999, p. 89). No quadro nº 4 apresentamos a evolução das taxas de inflação em Angola, de 1991 a 2013.

A mesma informação é apresentada graficamente para facilitar a sua interpretação. Devido às taxas muito elevadas verificadas em meados da década de 90, a escala do gráfico impede uma observação rigorosa da evolução da taxa de inflação nos últimos anos. Assim, optamos por sobrepor um gráfico com dados apenas para os últimos anos, que foram caracterizados por uma relativa estabilidade dos preços.

Figura nº2: Taxa de inflação em Angola, 1991-2013



O quadro nº 4 e a figura nº 2 mostram que Angola viveu períodos de inflação galopante - inflação muito acelerada, em que os preços aumentaram de forma extraordinária, chegando a atingir três dígitos nos anos de 1991, 1992, 1994, 1998, 1999, 2000, 2001 e 2002. A guerra civil não permitiu controlar o sistema económico nacional. Nos anos de 1993, 1995 e 1996 a situação económica foi tão grave que as taxas de inflação atingiram quatro dígitos (hiperinflação). O pior ano da história da economia angolana foi 1995, ano em que o valor da inflação atingiu 3.783,98%.

Nestas circunstâncias, o crescimento económico e o desenvolvimento eram impossíveis.

Só a partir de 2003 foram alcançados valores de dois dígitos. Este resultado positivo foi consequência dos esforços do Governo angolano, juntamente com o Banco Nacional de Angola, no sentido de estabilizar a economia nacional.

Recentemente, em 2012, foi conseguida uma taxa de inflação de 9%. Uma vez que cerca de 90% dos bens de consumo são importados, uma das razões para a instabilidade de preços é a dependência externa. Por isso, é expectável que os esforços de diversificação económica, que pretendem limitar a dependência relativamente às atividades relacionadas com o petróleo, tenham também reflexos positivos na taxa de inflação do país.

As políticas cambiais são um conjunto de orientações executadas por um determinado Estado com intuito de equilibrar o funcionamento de uma economia através de alterações das taxas de câmbio e do controlo das operações cambiais. Um dos objetivos mais importantes de todos os programas de política económica do Governo angolano foi sempre o da convergência da taxa de câmbio oficial para os valores registados no mercado informal. Este processo apresentou-se muito tímido entre 1989 e 1992, ao passo que na parte inicial do ano de 1993 e em 1994 era mais evidente e sólido. Entretanto, desde 1995 e parte de 1996, apesar das desvalorizações efetuadas indicava bastante modéstia. E a política assumida em 1996 e 1997 era sistematizado no Programa de Estabilização e Recuperação Económica (PERE) em 2000.

Relativamente ao último programa da política em análise, estruturou-se com o seguinte raciocínio: “A comparação estatística anterior sugeria que a aproximação do valor da taxa de câmbio paralela à taxa de câmbio oficial e o controlo da inflação exigem meios de pagamento num montante compatível com a taxa de câmbio oficial. O mecanismo mais imediato para enxugar o excesso de liquidez na economia é o da venda de divisas por parte do Banco Central. No entanto, qualquer venda de divisas pelo BNA implica retirar dinheiro da economia, enquanto a compra de dólares implica entregar kwanzas. Porém, mais importante que o enxugamento inicial do excesso de kwanzas no mercado é a manutenção do montante atingido, que é vital para o controlo da taxa de câmbio paralela e da inflação. Se não existir um controlo adequado da expansão monetária, todo o esforço do enxugamento se perderá e o BNA terá dispensado reservas internacionais de forma inútil” (Rocha 2001, p. 85).

O mecanismo para atingir a unificação das taxas de câmbio, para estabelecer a liberalização do mercado cambial e para assegurar a sustentabilidade de todo o processo baseou-se no modelo anterior e passou pela instauração dum regime de compra e venda livre de divisas entre o Banco Central e as diversas instituições do sistema bancário. A taxa de câmbio seria resultante da atuação das forças do mercado, “sem prejuízo da intervenção eventual do BNA na compra e venda para assegurar uma variação controlada”. Apesar da perspectiva de liberalização, existe este toque final de intervencionismo administrativo, que normalmente se constitui em terreno bonançoso para os tráficos de influência e a corrupção institucional (Rocha, 2001, p. 85).

Nem sempre a eficácia desta política macroeconómica foi conseguida. A instabilidade registada ao longo do tempo é fortemente tributária da circunstância de a política cambial ser um poderoso instrumento que favorece uma repartição muito injusta e assimétrica do rendimento nacional e como tal espaço de disputa dos interesses de certas faixas da população que sempre procuraram adiar o mais possível o funcionamento normal do mercado cambial. A prova-lo estão os diferenciais entre as taxas de câmbio oficial e do mercado paralelo que denotam, também, a grande instabilidade desta política:

Quadro nº5 – Diferenciais Cambiais em Angola

1990	1991	1992	1993	1994	1995	1996	1997	1998	1999	2000
6900% (30,0 kz e 2100,0 kz respetivamente)	1298,3%	387,8%	710,2%	109,6%	125,3%	29,2%	31,6%	65,3%	13,1%	5,1%

Fonte: Rocha (2001)

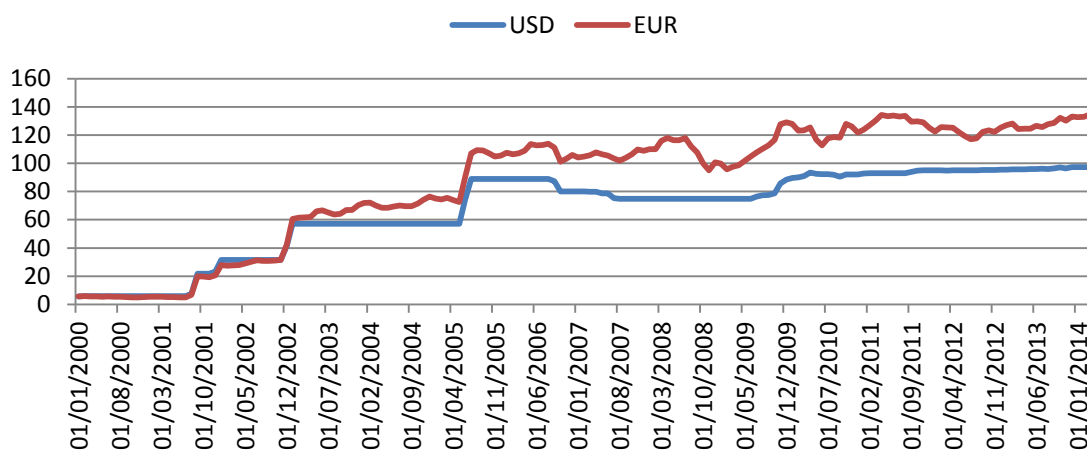
A efetividade da política cambial começa a verificar-se apenas a partir de 1999 e acentua-se em 2000. Os diferenciais cambiais são a prova (quadro nº5).

Outro aspeto marcante dos programas de política económica a partir de 1999 é a perspectiva de revisão dos regimes cambiais especiais dos setores dos diamantes e dos petróleos, situação que introduzirá uma maior equidade entre as atividades económicas internas e as de enclave, podendo-se reforçar o setor financeiro nacional (Rocha, 2001, p.86).

Entretanto, após muitos anos de desequilíbrio das taxas de câmbio no mercado cambial angolano, no último trimestre de 2009 o BNA resolveu controlar a situação tendo recuperado a prática de leilões regulares de divisas, o que permitiu gerir a taxa de câmbio do dólar face ao kwanza de forma flexível. Visto que nos anos anteriores era USD/KZS=78, tendo alterado em 2009 por 88,5.

Devido a gestão flexível da taxa de câmbio, notou-se uma certa evolução da mesma, o que fez com que se adotasse ao sistema “crawling-peg” acompanhado pela regra da oferta e da procura e posicionando a taxa oficial em linha com as taxas praticadas pelo sistema bancário. Esta forma de gestão foi valorizada de forma positiva pelo FMI.

Figura nº3: Taxa de câmbio face ao dólar e ao euro



Fonte: OANDA

A preocupação da política cambial tem sido a de manter o objetivo da inflação. Tendo em conta aos dados acima, pelo menos a estabilidade cambial, principalmente face ao dólar tem sido conseguida.

A política fiscal consiste na obtenção de receitas e na realização de despesas executadas pelo Governo de um determinado país com o objetivo de monitorar e influenciar a economia de uma nação. Esta é, no contexto da economia angolana, a mais importante política macroeconómica de estabilização e de combate contra a inflação. Desde 1990 esta política apresenta firmeza nos seus propósitos e nas medidas correspondentes. Contudo, tem havido algum incumprimento das decisões

dos programas de política económica elaborados, nomeadamente no que diz respeito aos objetivos para as taxas de inflação e défices fiscais. No quadro nº6, apresentamos o comportamento do défice fiscal angolano no período de 1991 a 2013.

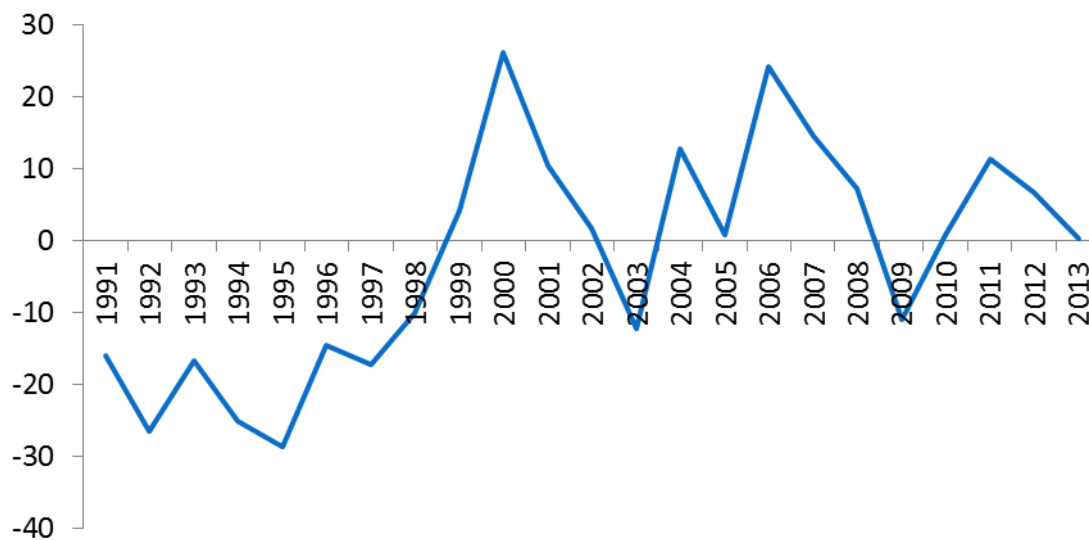
Quadro nº 6 Défice Fiscal angolano

Anos	Saldo orçamental/PIB (%)
1991	-15.90
1992	-26.50
1993	-16.60
1994	-25.10
1995	-28.70
1996	-14.50
1997	-17.20
1998	-10.00
1999	4.28
2000	26.27
2001	10.42
2002	1.67
2003	-12.19
2004	12.74
2005	0.90
2006	24.31
2007	14.65
2008	7.22
2009	-10.98
2010	0.86
2011	11.44
2012	6.66
2013	0.30

Fonte: até 1998 - Nota: “nunca se saberá se foram estes os défices fiscais verdadeiros, atendendo aos elevados níveis de desorçamentação que ocorreram no passado” (Rocha, 2001, pág.67). Entre 1999 e 2013, World Bank.

A figura nº 4 mostra a representação gráfica do mesmo.

Figura nº4: Saldo Orçamental em Angola, 1991-2013



O quadro e a figura mostram que, desde 1991 a 1998, houve aumentos do défice fiscal. Este começou a reduzir a partir de 1999. Nos últimos anos, constatamos que por vezes foram atingidos os objetivos da política fiscal angolana de redução do défice fiscal.

Os problemas de défices excessivos levaram o Governo angolano a implementar programas de política económica para se alcançar estabilidade no Orçamento Geral do Estado (OGE). Destacamos os seguintes:

Plano de Recuperação Económica (PRE)

Aplicou-se nos anos de 1989 e 1990 pelo facto de o OGE apresentar sucessivo aviltamento e conseqüente necessidade de crescentes financiamentos para cobrir as despesas com a defesa e com as empresas públicas. A política fiscal tinha como

objetivo: a reorganização do conteúdo do OGE; e a fixação do défice fiscal em 7% do PIB a custo dos fatores.

O financiamento das despesas públicas devia ser feito através da emissão de títulos do tesouro em cerca de 44% e de 56% por recurso ao crédito bancário, com taxa de remuneração para o empréstimo bancário fixa em 7% ao ano. Analisava-se de forma mais atenta a prioridade para os investimentos públicos.

Programa de Ação do Governo (PAG)

Elaborado em 1990, sendo o segundo programa de política económica. Centrou-se com enorme preocupação no combate à inflação por controlo da massa monetária em circulação. Em 1991 prosseguiu-se o Plano Nacional que tinha como um dos principais objetivos “a correção dos défices das finanças públicas, resultantes das anomalias do funcionamento do sistema económico e das contas externas pela via da contenção do consumo interno e pelo alargamento da base produtiva do país, assumindo relevo a recuperação possível da oferta interna e uma gestão criteriosa das principais fontes de financiamento” (Rocha, 2001, p.69). Reiterou-se que o equilíbrio das contas do governo era uma condição necessária, ainda que não suficiente, para que a economia do país funcionasse de forma regular.

Outro instrumento para emendar o défice fiscal do Estado angolano era a desvalorização cambial. Esta foi executada durante a vigência deste programa prevendo que a persistência duma ilusão monetária do lado das receitas era sólida e penalizadora das finanças do Estado, para além de manter abertas as “janelas” do tráfico formal de divisas.

Também a reforma fiscal foi utilizada para corrigir o défice fiscal, recuperada no PRE 1989/1990, e que tinha como objetivo contribuir para uma melhor distribuição do rendimento.

O último instrumento utilizado foi o licenciamento dos funcionários redundantes da Função Pública, associado à redução dos subsídios às empresas públicas e a determinados produtos.

Plano Nacional (PN) 1992

Neste plano estabeleceu-se que o resultado do fenómeno inflacionista no país deveu-se ao défice orçamental e à maneira como este era financiado. Dados os níveis de inflação, só havia um meio arriscado para que se pudesse alcançar estabilidade no funcionamento da economia, que consistia em aplicar austeridade nos gastos públicos, férrea disciplina orçamental por esforços sem precedentes, com intuito de maximizar receitas não petrolíferas. Dada a falta de controlo fiscal, definiram-se dois objetivos: diminuição dos défices das contas públicas; e modificação da representação do défice de modo que o multiplicador dos gastos públicos pudesse funcionar de forma a estimular o alargamento do rendimento nacional.

Assim, a elevação ou o acréscimo das receitas fiscais não petrolíferas era transferido em três áreas exclusivas: a tributação das atividades informais, a remonetização geral da economia, as privatizações dos patrimónios imobiliário e empresarial do Estado.

Programa de Estabilização Económica (PEE) – 1993

Elaborado em 1992, com incidência particular sobre a estabilização macroeconómica e a não regulação que as próprias eleições terão introduzido nas contas internas e externas do país. No que concerne às finanças públicas, vários aspetos relevantes mereceram grandes elogios por parte do Fundo Monetário Internacional:

- O primeiro esteve relacionado com o nível das despesas, com a austeridade e com o rigor na execução do OGE. A aplicação da Conta Única do Tesouro e a programação financeira foram os instrumentos selecionados para o efeito;
- O segundo centrava-se nas receitas fiscais também relacionadas com a política cambial. No entanto, averiguou-se que, na falta de conversão cambial, mais de 60% das receitas fiscais eram extensivamente sub-cobradas;
- O terceiro aspeto referia-se ao financiamento dum défice fiscal que já observava-se desde 1992 e cuja solução apontava para a emissão de títulos do Tesouro, ou a sua substituição por emissão de moeda. Num contexto de grande incerteza interna, o financiamento podia ser feito por via da obtenção de empréstimos externos;
- Finalmente abordou-se novamente a necessidade de controlar certas despesas correntes: Não se pôs de parte a possibilidade de reajustamento dos efetivos da Administração Pública que num processo de redimensionamento fossem considerados ineficientes;

Na sequência das eleições legislativas e presidenciais, organizadas em Setembro de 1992, houve a necessidade de substituir o programa anterior pelo Programa de Emergência do Governo (PEG), devido à veemência do conflito armado que se viveu em Angola. Foram consideradas duas perspectivas fundamentais: uma relacionava-se a situação de confronto; a outra estava associada a privilegiar áreas sociais, tendo sido, no entanto, para as áreas da defesa, segurança e de apoio aos deslocados e refugiados que toda a manobra financeira do Estado se destacou.

Programa Económico e Social (PES) 1994

Assegurava-se que a intervenção do governo no domínio das finanças devia depender da ideia de que a execução orçamental deve ter em conta a sua natureza fundamental de uma regra de meios, isto é, “regra de despesas” no OGE, para além de afirmar os princípios da anualidade, unidade, universalidade e transparência.

A grande ênfase foi posta na programação financeira com o objetivo de fazer com que a execução da Caixa do Tesouro obedecesse de forma estrita ao ritmo de apuramento da moeda nacional pelo Banco Central nas suas vendas de divisas no mercado flutuante. Esta sintonia entre as caixas do Tesouro e do BNA constitui elemento estratégico de fundamental importância para a harmonização das políticas fiscal, cambial e monetária.

Programa Económico e Social (PES) (1995/1996)

Constituía a mais relevante área de intervenção da política de estabilização. O objetivo deste programa de política económica era a condução da política fiscal no sentido de reduzir significativamente o défice do setor público e eliminar o mecanismo prevalente da monetarização dos respetivos défices.

Programa Nova Vida-Linhas de Força do Programa de Ação do Governo para o II Semestre de 1996

Foi caracterizado como um programa de emergência que centrou a sua preocupação numa boa gestão orçamental e que propôs a existência de uma conta única do Tesouro, havendo por consequência de eliminar as contas especiais existentes: os investimentos não reprodutivos, despesas de consumo e outros.

Programa Económico e Social (PES) – 1997

O propósito fundamental deste programa era restringir o défice orçamental em conformidade com um aumento das receitas fiscais não petrolíferas por via de uma redução das despesas de consumo do Estado, isto é, diminuição do défice do setor empresarial do Estado.

Programa de Estabilização e de Recuperação Económica de Médio Prazo (PERE) 1998/2000

Este programa teve como linhas mestras: a estabilização macroeconómica, recuperação da produção e o crescimento económico.

Realçou a necessidade de restituição da moeda nacional, único meio de troca e instrumento de poupança interna. Também se procurou o restabelecimento das relações económicas entre as estratégias rurais e urbanas e o papel dos setores chave da economia.

Este foi o único programa de política económica que expôs com clareza cenários alternativos de crescimento económico, de evolução da balança de pagamentos e de ajustamento orçamental, construídos no alicerce de um padrão de consistência macroeconómica planeada pelo Ministério do Planeamento.

De seguida, propôs um projeto de investimentos públicos de médio prazo e a elaboração de um quadro global de financiamento da economia e de uma estratégia de amortização de dívida externa.

Estratégia Global para a Saída da Crise e Política Económica e Social para 1999

Para a saída da crise, as estratégias da política orçamental foram as seguintes:

- O aumento das despesas do Estado não deveria ultrapassar a taxa de inflação planeada;
- O controlo das finanças do Estado não tinha de deteriorar o crescimento do PIB;
- A redução do défice do Estado;
- A necessidade de ceder espaço aos investimentos públicos em áreas estratégicas;
- A combinação das políticas de curto prazo com políticas de ajustamento estrutural.

Política Económica e Social (2000)

A política orçamental para 2000 foi caracterizada como de grande restritividade para que se contivessem os gastos públicos nos limites dum défice financiável e compatível com processos não inflacionistas. Tudo isto para que a consistência com a política monetária fosse assegurada.

Em 2003, o défice orçamental apresentou um ligeiro aumento para 7,9% do PIB. Entretanto, enquadravam-se nas execuções orçamentais a maior parte das despesas que não se encontravam sujeitas à disciplina do Orçamento do Estado. As execuções parcialmente orçamentais feitas pela Sonangol em nome do Governo e o défice das operações do Banco Central representaram cerca de 1% do PIB. Assim, o financiamento do défice fiscal fez-se através do recurso intensivo aos empréstimos e donativos provenientes do exterior, bem como a utilização do bónus de assinatura das companhias petrolíferas.

No ano de 2004 observou-se uma redução do défice público para 3,5% do PIB, por via do aumento das receitas petrolíferas e da aplicação de medidas visando melhorar a fiscalização e o processo de execução do orçamento. Por outra via, as receitas provenientes de impostos sobre as transações internacionais não aumentaram, apesar da transferência da gestão alfandegária de Luanda à empresa Crown Agents.

Nos anos de 2005 e 2006 foram registadas baixas nas receitas orçamentais devido a construção de jazidas de petróleo. A crise financeira e económica internacional de 2008 e 2009 afetou os preços do petróleo e fez com que as receitas se reduzissem.

Em 2011 assinala-se a recuperação da receita fiscal, ainda muito dependente da atividade petrolífera, enquanto do lado da despesa, houve um esforço de contenção. O saldo orçamental de 2010 ficou aquém das previsões do próprio Governo, tendo terminado o ano com um valor de 2%. No entanto, as receitas fiscais continuavam muito dependentes do comportamento dos preços do petróleo nos mercados internacionais.

2.4 História da Integração Regional de Angola

O termo “integração” transmite a noção de junção de diversas partes num todo. Em termos económicos, a integração é um assunto bastante vasto que envolve pessoas, capitais e mercadorias de vários países que, de alguma forma se juntam para desempenhar atividades económicas conjuntas e que se processam através das fronteiras nacionais. No âmbito da economia, o termo entre 1939 e 1942 (durante a II Guerra Mundial) transformou-se um importante assunto de política económica internacional.

Jovanović (1998) e Tavlas (1993) referem a opinião de vários autores que destacam vários aspetos do conceito de integração. Para Balassa, é necessário separar a integração como processo da integração como situação. O processo é um conjunto de medidas tendentes a abolir discriminação com base na divisão promovida pelas fronteiras nacionais. Como situação, a integração corresponde a ausência de formas diversificadas de discriminação entre economias nacionais. Já Habeler relacionava o conceito de integração com o conceito de concorrência perfeita, enquanto Myrdal enunciava a integração como um processo capaz de destruir as barreiras sociais e económicas existentes entre participantes na atividade económica, não estabelecendo qualquer distinção entre integração nacional e internacional. Para Robson, o conceito geral de integração económica está essencialmente ligado à eficiência do uso dos recursos, com particular referência para o processo de livre circulação espacial de mercadorias e fatores de produção.

Assim, a integração é o processo executado por vários países com objetivo de constituir um espaço económico entre os mesmos, realizado pela livre circulação de pessoas, bens, serviço e capitais. A sua constituição inclui a eliminação de barreiras, contribui para o bem-estar dos países que pretendem criar uma ligação forte e estável. Deste modo, fomenta o crescimento da produtividade por meio do comércio e do investimento externo.

Podemos distinguir três níveis de integração económica: nacional, internacional e mundial. A de nível nacional é executada entre regiões dentro das fronteiras de um determinado país; a de nível internacional é feita entre diferentes países de um certo continente e a de nível mundial é desenvolvida por união de países num único bloco económico.

O nosso objeto de estudo é a integração económica internacional que pode consubstanciar-se em: zona de comércio livre, união aduaneira, mercado comum, união económica ou união económica e monetária e união política. Uma **Zona de Comércio Livre** surge quando um determinado número de países decide juntar-se no sentido de criar comércio entre si de forma liberal mas, relativamente aos países parceiros cada um deve possuir uma política comercial própria. Consiste na eliminação de todas barreiras tarifárias e não tarifárias que incidem sobre o comércio entre um grupo de países.

Uma **União Aduaneira** permite a liberdade de circulação de produtos dentro de países membros, quase de forma semelhante a uma zona de comércio livre, mas implica a adoção de uma pauta externa comum ou política comercial uniformizada. Nesta forma de integração, adota-se uma mesma tarifa às importações provenientes de mercados externos. À essa tarifa dá-se o nome de Tarifa Externa Comum (TEC). A aplicação da TEC redundará na criação de um território aduaneiro comum entre membros de uma união aduaneira, situação que torna necessário o estabelecimento de disciplinas comuns em matéria alfandegária e, em última análise, a adoção de políticas comerciais comuns.

Um **Mercado Comum** é um espaço onde existe liberdade de circulação de pessoas, bens e fatores de produção, referindo-nos apenas ao capital e trabalho sendo que a terra é um bem fixo, que não se pode transportar, e por isso não a incluímos. Estes fatores podem movimentar-se sem restrições dentro da união, de modo a que tanto os mercados de fatores como os de produtos estejam integrados. A maior diferença que há entre uma União Aduaneira, é que ela regula apenas a livre circulação de mercadorias, enquanto o Mercado Comum prevê a livre circulação dos demais fatores

produtivos e pessoas. Trata-se de uma forma mais elevada de integração económica internacional.

Uma **União Económica e Monetária** define-se pela criação de políticas económicas comuns executada por países parceiros onde circula uma única moeda, gerida por um banco central comum, que detém o poder de a emitir. Esta forma de integração está dividida em duas partes: uma económica e outra monetária. A faceta económica caracteriza-se pela harmonização das legislações económicas, pela coordenação das políticas económicas e pela substituição de certas políticas económicas nacionais por políticas comuns, como sejam as relacionadas com a agricultura, indústria, transporte, ambiente, investigação e desenvolvimento, energia, política social, política comercial, política regional e outras. A faceta monetária consiste na substituição de moedas nacionais de países membros por uma única moeda. Significa que, se um conjunto de países decidir criar esta forma de integração económica, deve abdicar das suas moedas nacionais e adoptar uma única moeda aceite por todos países. Também implica que os países abdicuem das suas políticas cambiais e monetárias, pois estas passam a ser geridas por um único banco central.

A **União Política** é a junção de estados nacionais independentes e membros de um projeto de integração que têm como intuito alcançar objetivos comuns relacionados a componentes, económica, social, cultural e acima de tudo política.

Angola está inserida num projeto de integração económica denominada “Comunidade para o Desenvolvimento dos Países da África Austral”, mais conhecido pela designação em inglês SADC (Southern African Development Community). A SADC foi instituída em 01 de Abril de 1980, inicialmente como Conferência de Coordenação para o Desenvolvimento da África Austral, e começou o seu exercício no dia 17 de Julho de 1992, com a Assinatura do Tratado de Windhoek. Está constituída por quinze países nomeadamente: Angola, África do Sul, Botswana, Ilhas Maurícias, Ilhas Seychelles, Lesotho, Moçambique, Madagáscar, Malawi, Namíbia, República Democrática do Congo, Swazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabwe. A sua sede encontra-se localizada na capital de Botswana, em Gaborone, e as línguas oficiais da comunidade são: inglês, francês e português. A comunidade da região austral de África possui Produto Interno Bruto (PIB) de 340 biliões de dólares norte-americanos, dos quais a África do Sul contribui com 68%.

Importa ressaltar que Angola também faz parte da CEEAC - Comunidade Económica dos Estados da África Central, criada em Dezembro de 1981, no Gabão, cuja capital é Libreville. Tornou-se operacional em 1985 com o fim de promover a cooperação e o

desenvolvimento auto-sustentável, com particular ênfase na estabilidade económica e melhoria da qualidade de vida dos estados membros. É constituída por onze países nomeadamente: Angola, Burundi, Camarões, Chade, Congo, Gabão, Guiné Equatorial, República Centro Africana, República Democrática do Congo, Ruanda e São Tomé e Príncipe. A sua sede está localizada na capital de Gabão e tem como línguas oficiais: inglês, francês, português e espanhol. A política desta comunidade consiste num plano de doze anos para a eliminação de impostos alfandegários entre os países aliados e estabelecer uma pauta externa comum, consolidar o livre movimento de bens, serviços e pessoas, melhorar a indústria, transporte e as comunicações, a união dos bancos comerciais e a criação de um fundo de desenvolvimento.

A pertença a vários projetos de integração é uma característica dos países africanos, e Angola também já fez parte da COMESA (sigla da designação inglesa para Common Market for Eastern and Southern Africa; em português - Mercado Comum dos Estados da África Oriental e Austral). Esta é uma organização de integração económica entre países de África que tem como propósito promover a prosperidade económica dos estados membros, através do estabelecimento de uma área de livre comércio. O tratado que fundou esta comunidade foi assinado a 05 de Novembro de 1993, em Kampala, Uganda e foi ratificado a 08 de Dezembro de 1994 em Lilongwe, Malawi. A COMESA é constituída por 19 estados membros, não só das duas sub-regiões indicadas no seu nome, África Oriental e África Austral, mas também no norte de África (Líbia e Egito), nomeadamente: Burundi, Comores, Djibuti, Egito, Eritreia, Etiópia, Ilhas Seychelles, Ilhas Maurícias, Líbia, Madagáscar, Malawi, Quênia, República Democrática do Congo, Ruanda, Sudão, Swazilândia, Uganda, Zâmbia e Zimbabwe.

Outro grupo regional a que Angola pertence é a Organização da Unidade Africana (OUA), criada em 25 de Maio de 1963, na Etiópia (cuja capital é Addis Abeba). Esta organização foi instituída por iniciativa do Imperador etíope Haile Selassie através da assinatura da Constituição por representantes de 32 governos de países independentes. Em 02 de Julho de 2002 foi substituída pela União Africana (UA) com o propósito de acelerar a integração socioeconómica do continente africano e robustecer a solidariedade entre os estados membros para tentar responder os novos desafios e desenvolvimentos político, económico, e social que se colocam a África. A organização tinha os seguintes objetivos:

- Promover a unidade e solidariedade entre os estados africanos;

- Coordenar e intensificar a cooperação entre os estados africanos, no sentido de atingir uma vida estável para os povos de África;
- Defender a soberania, integridade territorial e independência dos mesmos;
- Erradicar todas as formas de colonialismo no continente;
- Promover a cooperação internacional, respeitando a Carta das Nações Unidas e Declaração Universal dos Direitos Humanos;
- Coordenar e harmonizar as políticas dos países membros nas esferas política, diplomática, económica, educacional, cultural, da saúde, bem-estar, ciência, tecnologia e defesa.

Apesar de estar integrada em vários projetos de integração económica do continente africano (acima nos referimos), o envolvimento de Angola com a SADC é relativamente mais forte. O país assumiu a presidência deste projeto desde 2011. A SADC tem em vista a construção de uma verdadeira integração regional atuando os países participantes de forma concertada, com vista à redução da dependência económica externa e a mobilização de apoios para projetos nacionais e regionais.

Esta organização económica tem grandes objetivos a alcançar como o de transformar-se numa União Aduaneira. “Geralmente, a constituição de uma união aduaneira altera os preços relativos dos bens nos mercados internos dos países membros e tem repercussões sobre os fluxos comerciais, a produção e o consumo. A teoria das uniões aduaneiras analisa estes efeitos e as suas implicações na afetação dos recursos e no bem-estar do país participante, do grupo como um todo e do mundo. Uma vez que a pauta aduaneira externa comum pode ser fixada a um qualquer nível, em princípio a união aduaneira pode estabelecer o tarifário e portanto os preços no interior da união, de modo a maximizar o bem-estar social, seja qual for a sua definição, para os países participantes no seu conjunto” (Robson, 1985, p.27).

Tornar-se numa união aduaneira, iria permitir à SADC criar comércio que pode resultar numa maior produção interna entre os países membros que o constituem. Deste modo, os países da união já não teriam necessidade de importar produtos do exterior, pois a produção interna podia equilibrar a procura interna. Algumas das suas economias possuem forte bases agrícolas e alto potencial industrial, que poderiam fomentar o comércio dentro da região. Os bens podiam ser importados pelos países parceiros a preços económicos, bens estes que podiam ser idênticos aos produzidos no exterior.

Também deixariam de existir impostos alfandegários no interior da comunidade, esta poderia tornar-se mais independente relativamente ao exterior ganhar em estabilidade económica. Estas vantagens decorrentes da criação de comércio poderão reduzir a dependência externa, pois a maior parte dos países da SADC possuem um nível elevado de importação.

No entanto, uma união aduaneira também pode originar desvio de comércio, que acontece quando os países da união decidem alterar a importação feita antes a países não membros por países membros. Pode haver assim um aumento de custos que pode permitir reduzir o consumo dos países participantes devido ao aumento dos preços dos produtos. Pode considerar-se o desvio de comércio como uma desvantagem para a constituição de uma união aduaneira.

As vantagens da integração (nomeadamente a criação de comércio) aumentam com:

- a dimensão da área integrada. Quanto maior a área integrada, maior será a criação de comércio por comparação com o desvio de comércio;
- o nível de aplicação do imposto comum. Se este for baixo, há maior possibilidade para se criar comércio; se for alto, o resultado será desvio de comércio;
- o número de países e a robustez das suas economias. Se a união possuir economias fortes ou competitivas dará origem à uma criação de comércio, se forem menos competitivas provocará mais desvio de comércio.

Particularmente para Angola, a participação numa União Aduaneira pode permitir obter benefícios económicos pois, ao invés de importar bens de consumo que têm atingido elevadas percentagens na sua Balança de Pagamentos, poderia obtê-los dentro da união dos países da SADC. O país também poderia contribuir para a produção interna, visto que possui terra fértil para produção de produtos agrícolas não só como produtos industriais e outros.

O objetivo da SADC é evoluir para um *Mercado Comum* já em 2015. Esta forma de integração centra-se não só a integração dos mercados de produtos, conseguida pela liberalização do comércio que resulta da união aduaneira, mas também pela integração dos mercados de fatores que resulta da eliminação dos obstáculos à livre circulação de fatores, neste caso o capital e trabalho no interior do bloco. Podia, no entanto, promover o aumento do investimento dentro da região austral de África resultando a aplicação de capitais que os países poderiam fazer uns com os outros permitindo o aumento do emprego e redução do desemprego e também na construção

de infra-estruturas para o bem-estar dos países constituintes. A livre circulação de trabalho poderia permitir a troca de experiência entre países membros no sentido de desenvolver ideias para o progresso da comunidade.

Há também o desejo de avançar para um projeto de *União Monetária* em 2016. Considera-se que o atributo económico fundamental para que se determine o domínio adequado de uma união monetária, é essencial que se atinja o pleno emprego, estabilidade de preços e equilíbrio da Balança de Pagamentos. “A integração monetária exige a unificação e a administração conjunta tanto das políticas monetárias como da política cambial externa da união. Isto acarreta, em troca, outras, consequências. Em primeiro lugar, no campo monetário a taxa de crescimento da oferta de moeda deve ser decidida em conjunto. Se ultrapassar um dado crescimento de crédito acordado, que é concedido ao banco central de cada Estado membro, o Estado membro terá de financiar qualquer défice orçamental no mercado de capitais da união à taxa de juro corrente. Uma política monetária unificada eliminaria uma das principais razões para movimentos desencontrados nos níveis de preços dos países membros e conseqüentemente uma das principais razões para a existência de desequilíbrios nos pagamentos dentro da união, anteriores à união monetária. Em segundo lugar, a balança de pagamentos de toda a união com o resto do mundo deve ser controlada ao nível da união. Com este fim a autoridade monetária deve dispor de um fundo comum de reservas cambiais, e as taxas de câmbio da união com as outras moedas devem ser reguladas pela própria união. Sob tal sistema pode não ser possível a um membro determinar a situação da sua balança de pagamentos com os seus parceiros e o resto do mundo” (Robson, 1985 págs. 98 e 99).

Sendo a união monetária um dos objetivos que a SADC pretende alcançar, é necessário que as políticas monetárias e cambiais dos países desta organização sejam unificadas e administradas por uma única autoridade monetária. Deve haver o controlo rigoroso para que não surjam défices orçamentais, pois caso existam o país que exceder o nível acordado terá de financiá-lo. Esta forma de integração, também poderá proporcionar estabilidade de preços, crescimento económico e elevado índice de emprego, se os países cumprirem com as condições exigidas para alcançar uma união monetária.

A União Económica é o último objetivo que o projeto SADC de integração africana pretende alcançar. Esta forma de integração iria trazer muitos benefícios, desde que gerido de forma a obter os resultados almejados. Esta união consiste na substituição de políticas económicas nacionais por políticas económicas comuns, o que significa

que os países da SADC têm que se coordenar e direcionar para objetivos comuns para que possam integrar todos setores económicos (primário, secundário e terciário). Só assim será possível que as diferentes economias consigam atingir crescimento económico e elevado nível de emprego, que possa ser explorado por todos os agentes económicos.

Atualmente, a SADC é constituída pelos seguintes países: Angola, Botswana, República Democrática do Congo, Lesoto, Madagáscar, Malawi, Ilhas Maurícias, Moçambique, Namíbia, Ilhas Seicheles, África do Sul, Suazilândia, Tanzânia, Zâmbia e Zimbabué.

Apesar dos planos de integração com outros países africanos, atualmente a realidade da economia angolana faz com que a sua moeda, o Kwanza, esteja fixada ao dólar norte-americano. Uma das razões pode ser pelo elevado número de empresas petrolíferas existentes em Angola pois, maior parte delas são norte-americanas. Outra justificação pode ser o facto de os Estados Unidos da América ser um dos maiores clientes de Angola em relação ao comércio ou exportação de petróleo.

Mundell, um autor fundamental na teoria de integração económica e monetária defendeu que os países africanos envolvidos em processos de integração monetária devem fixar as suas taxas de câmbio por um período de tempo razoável antes de adotarem a uma moeda comum (Mundell, 2002 e UNECA, 2008). Assim, Angola parece estar a seguir uma estratégia adequada do ponto de vista cambial, dados os seus projetos de integração atuais. A questão que se coloca é se o mais adequado para o país é utilizar o dólar norte-americano como âncora para o Kwanza.

Para responder a esta questão, que é o principal objetivo desta dissertação, vamos adotar a perspetiva de análise da TZMO e utilizar o índice proposto por Bayoumi e Eichengreen (1997) para operacionalizar esta teoria. Também é importante ter em conta que ancorar uma moeda noutra pode provocar inflação. A escolha da âncora para o kwanza, bem como a futura moeda única da SADC, devem garantir que da integração económica (e da união monetária) não surja instabilidade de preços.

3. A Escolha de Uma Âncora Monetária na Perspetiva da TZMO

Quando um conjunto de países decide realizar uma União Monetária, pode fazê-lo de forma completa ou incompleta. Numa União Monetária incompleta os países coordenam as políticas monetárias e cambiais, fixam a taxa de câmbio das suas moedas, mas mantêm-nas em circulação. Numa União Monetária completa, as moedas nacionais são substituídas por uma única moeda. Uma Zona Monetária Ótima (ZMO) é um espaço geográfico (normalmente um conjunto de países) cuja eficiência seria maximizada em contexto de União Monetária completa, isto é, com a partilha de uma única moeda. A TZMO tem evoluído ao longo do tempo, à medida que os diferentes autores identificam as condições que consideram necessárias para que um espaço seja classificado como ZMO.

No início dos anos 60 do século passado, existia uma enorme controvérsia sobre qual seria o melhor regime de câmbios (fixo ou flexível) para resolver os problemas de balanças de pagamentos enfrentados por muitos países. No âmbito desta discussão, Mundell (1961) publica uma análise que acaba por ser pioneira para as reflexões sobre ZMO. Na sequência da análise de Mundell, também Mc Kinnon (1963) e Kenen (1969) publicam trabalhos relevantes nesta área e os três autores são hoje considerados como os teóricos clássicos da TZMO (Coelho, 2012).

Um dos aspetos mais importantes da TZMO está relacionado com o que acontece aos países que abdicam da sua moeda quando são atingidos por choques económicos que requerem um ajustamento através de instrumentos de política que estes já não podem utilizar de forma independente. Quando entram para uma União Monetária completa, os países abdicam da sua autonomia sobre a política cambial, a política monetária e deixam de ter banco central próprio. Não controlam a oferta de moeda, nem podem combater individualmente a inflação.

Uma das consequências desta perda de autonomia é que quando os países são atingidos por um choque económico que não afeta também os seus parceiros, têm problemas com o ajustamento, pois os instrumentos tradicionais (as políticas que se perderam) deixam de estar disponíveis. Assim, a TZMO centra-se principalmente na identificação das condições em que os choques assimétricos são menos prováveis, e nos instrumentos alternativos que podem ser usados se esses choques acontecerem.

Se não houver uma probabilidade elevada de, num conjunto de países, alguns serem atingidos por choque económicos que não atinjam os outros (choques assimétricos), esse conjunto é uma ZMO. Se, sendo provável a ocorrência desses choques, os países têm ao seu dispor mecanismos de ajustamento alternativos, que podem usar em substituição daqueles que perderam com a integração, a zona também é uma ZMO.

As condições para ZMO que os autores da TZMO tem identificado ao longo do tempo são os seguintes (Robson, 1985 e Coimbra, 2001):

Mobilidade de Fatores de Produção

Mundell (1961), o principal autor da TZMO, sugeriu que o fator mais importante é a mobilidade dos fatores produtivos. A sua ideia surgiu a partir de uma situação em que acontece um choque de procura entre duas regiões ou países, cada uma especializada na produção de um bem. Uma diminuição de procura (e, logo, da produção) numa região e aumento noutra provocaria desemprego e inflação. Assim, a solução seria desvalorização cambial para eliminar o desemprego e a inflação entre as duas regiões e por sua vez reequilibrar a competitividade entre os mesmos. Se as regiões partilharem a mesma moeda, a mais prejudicada não pode recorrer à hipótese da desvalorização cambial. Uma alternativa é a mobilidade de fatores de produção, isto é, mobilidade do trabalho. Também é necessária a flexibilidade de preços e salários entre as regiões, visto que são estes que, segundo o autor, vão permitir o ajustamento.

Mundell dá destaque ao fator trabalho. Frisou que quando a mão-de-obra se desloca sem dificuldade de uma região que apresenta depressão para outra mais próspera, ela pode substituir a taxa de câmbio nominal como instrumento de ajustamento a choques assimétricos. A mobilidade de trabalho pode ser definida como a facilidade e capacidade que trabalhadores de uma determinada região possuem para deslocar-se a uma outra região em busca de melhores condições de vida.

Este método de ajustamento, proposto por Mundell proporciona grandes vantagens para qualquer economia. Pois a facilidade de deslocação entre regiões permite que haja: troca de experiências laborais, aumento de emprego em contrapartida redução de desemprego e alcançar um mercado de trabalho em constante evolução. Também, aumenta o PIB porque a deslocação de trabalhadores em vários países aumenta o rendimento nacional, obtido pela produção feita por nacionais e não nacionais. Desse

modo, analisando as vantagens referidas proporcionais a mobilidade de trabalho, permitem garantir uma certa estabilidade económica, sem preocupar-se com a taxa de câmbio nominal.

Este critério, apesar de ter custos sociais elevados, porque as pessoas normalmente gostam dos lugares onde se acostumam a viver, também tem algumas desvantagens como o enriquecimento da diversidade cultural ou linguística.

Grau de Abertura Económica Exterior

Critério proposto por McKinnon (1963), de acordo com o qual as características de ZMO melhoram com o número de relações comerciais que estes têm com o exterior. “Uma economia é considerada aberta se a relação entre os seus bens transacionáveis e não transacionáveis for elevada. Segundo McKinnon, uma economia aberta relacionando-se com o exterior no quadro de um regime de câmbios flexíveis, suporta o peso de uma maior instabilidade dos preços internos” (António Mendonça, 1995, p.9). Portanto, quanto maior for o grau de abertura mais as alterações dos preços dos produtos transacionados a nível internacional são suscetíveis de serem transmitidos para o custo de vida interno. Entretanto, se uma economia for afetada por choques externos em termos de comércio, a depreciação da sua taxa de câmbio, que por sua vez aumenta o nível de preços de bens transacionáveis e bens não transacionáveis, originará uma diminuição da procura interna.

O autor argumentou, que variações cambiais numa economia aberta, provavelmente causariam variações iguais ou quase iguais em relação aos custos, privando a taxa de câmbio flexível de suas funções. Assim, as economias mais abertas devem ancorar as suas moedas a uma unidade monetária internacionalmente forte. Também a intensidade comercial com o exterior beneficiaria da integração monetária, pois um regime de câmbios fixos proporciona uma maior defesa contra os efeitos negativos de alterações da taxa de câmbio.

Diversificação Económica

Kenen (1969) argumentou que países com estruturas produtivas diversificadas estão melhor preparados para enfrentar choques externos e enfrentam-nos menos frequentemente. Por isso, não sofrem com tanta intensidade a perda dos instrumentos que permitem responder a este tipo de choques. Assim, quanto mais diversificada a

estrutura produtiva de um país mais razões terá para integrar a uma União Monetária, pois a diversificação enfraquece a probabilidade de ocorrência e o impacto de choques específicos para qualquer setor económico.

“Kenen defende também que a integração monetária deve ser acompanhada de um grau significativo de centralização orçamental, de forma a canalizar automaticamente transferências para as regiões afetadas por choques que não atinjam as restantes” (Vieira, 1996, p.378).

Integração Fiscal ou Orçamental

Johnson (1970) defendeu que a existência de um orçamento comum permite um ajustamento mais rápido, eficaz e com menos custos sociais num cenário de integração monetária em que alguns dos países membros são afetados por um choque que não atinge os seus parceiros.

Semelhança de Objetivos Políticos

Mintz (1970) e Haberler (1970) indicaram a semelhança de objetivos políticos como uma das condições para a constituição de uma União Monetária. Esta exige o cumprimento de compromissos comuns, sustentados na cooperação entre diversas políticas económicas que só é possível se os diferentes países procurarem os mesmos objetivos.

Diferenças Nulas ou Reduzidas nas Taxas de Inflação

Fleming (1971) parte do princípio de que quando um certo número de países possui níveis de desenvolvimento equilibrado ou elevado isto permite que as suas economias funcionem com níveis de taxas de inflação baixas ou nulas a longo prazo. Sendo assim, a transmissão da estabilidade de preços entre países facilita a estabilidade dos termos de troca permaneçam. As economias que têm taxas de inflação baixas são mais capazes de suportar choques assimétricos e de efetuar o respetivo ajustamento sem se preocuparem com a taxa de câmbio. Logo apresentam-se como ZMO.

“No decorrer da década de noventa do século passado boa parte dos bancos centrais adotou a estabilidade de preços como propósito mais importante da política monetária.

Esta preferência pela estabilidade de preços tem como fundamentos principais o facto de ser aceite pelos economistas que a longo prazo a moeda é neutra, ou seja, ela não afeta o valor de equilíbrio das variáveis reais, tais como o produto de tendência ou a taxa de desemprego de equilíbrio”. (Pereira, 2012, p.3).

Portanto, para que haja estabilidade de preços entre economias é de extrema importância haver um bom funcionamento da política monetária. Sendo ela um instrumento de política de estabilização, no qual tem como propósito refrear a economia quando esta se aproxima de um pico, e estimulá-la quando está numa baixa. Para que a política monetária funcione de forma estável é necessário um controlo deliberado da moeda em circulação e das taxas de juro, nisso resulta estabilidade de preços. Uma vez que estes processos não são possíveis de desenvolver a nível nacional quando um país integra uma União Monetária, esta é menos custosa para os envolvidos se estes partilharem taxas de inflação próximas.

“Barro (1995,1997) chegou à conclusão que as perdas de crescimento só são significativas com taxas de inflação superiores a 15%. Portanto, efeitos negativos importantes ao nível do crescimento económico só são encontrados em países com taxas de inflação elevadas” (Pereira, 2012, p.3). Segundo esta análise, não é desejável que países com taxas de inflação altas e muito diferentes constituam uma ZMO.

Integração Financeira

Ingram (1973) focou a sua atenção no nível de integração financeira entre os candidatos à integração monetária. Se os países estiverem bem integrados financeiramente, mesmo que sofram choques assimétricos e não existam uma grande mobilidade de trabalho, é possível recorrer ao capital para financiar os processos de ajustamento. Assim, os países têm capacidade de enfrentar choques temporários por meio de empréstimos entre eles – os que possuem mais elevada capacidade financeira financiam os que precisam de suportar ajustamentos a choques negativos.

Quando há um nível elevado de integração financeira, pequenas mudanças nas taxas de juro de equilíbrio podem provocar movimentos de capitais entre países, que por sua vez reduzem as diferenças nas taxas de juro de longo prazo e facilitam o financiamento dos desequilíbrios externos. Contudo, o critério de Ingram não é um

substituto para ajustamento permanente de choques externos quando necessário, só pode suavizar o processo de ajustamento a longo prazo.

Dadas as características de uma ZMO, um determinado número de países teria os seguintes motivos para participar a uma União Monetária:

- A taxa de inflação de uma União Monetária seria mais baixa, pois as economias que a constituírem seriam submetidas a um conjunto de regras sendo uma taxa de inflação estabelecida pela união;
- Os custos de transação seriam reduzidos, o que permitiria efetuar o movimento de bens, serviços e capitais a mais baixo custo;
- O poder discricionário das autoridades monetárias e fiscais seria atenuado;
- A incerteza cambial seria anulada;
- Se as economias ficassem mais homogéneas, os efeitos de choques, e o respetivo ajustamento, seriam distribuídos pelos membros da união;
- A integração regional seria intensificada;
- O poder político, económico e estratégico da região aumentaria;
- As políticas monetária e fiscal seriam disciplinadas pela política monetária da união.

Os mesmos, também teriam os seguintes motivos para não participar a União Monetária:

- A determinação da taxa de inflação pelo país não associado a união seria diferente da área monetária;
- Poderia optar em usar a taxa de câmbio como instrumento de política económica, para afetar o emprego, salário e a balança de pagamentos;
- Para financiar as despesas públicas preferia aumentar a quantidade de moeda em circulação, por sua vez causaria inflação.

No caso de Angola, e apesar dos ambiciosos objetivos da SADC, há ainda um longo caminho a percorrer até que sejam alcançados níveis avançados de integração monetária. Durante esse tempo é aconselhável que a moeda fique ancorada a uma moeda de referência, para que o país se habitue a viver e a gerir a sua economia sem

recurso sistemático aos instrumentos cambial e monetário. Na próxima secção avaliamos a qualidade de diversas moedas como âncora do Kwanza.

4. O Índice de Zona Monetária Ótima de Bayoumi e Eichengreen

Bayoumi e Eichengreen (1997) definiram um índice de ZMO que permite avaliar a qualidade de um determinado conjunto de países para projetos de integração monetária. Vamos adotar essa metodologia, já aplicada no contexto europeu e também no africano (ver Vieira e Vieira, 2012 e 2013), para avaliar a adequação de várias propostas de âncora monetária para o Kwanza. Consideramos como possibilidades, as seguintes moedas: dólar norte-americano, euro, libra esterlina, iene e rand.

O índice de ZMO de Bayoumi e Eichengreen (1997) parte do princípio que a variação cambial entre dois países pode ser explicada por um conjunto de variáveis que estão relacionadas com as características de ZMO: a assimetria das conjunturas nacionais (ou dos *business cycles* nacionais), a dissemelhança da composição das exportações, o rácio de abertura bilateral e a dimensão económica média. A equação que expressa esta relação é a seguinte:

$$sder_{ij} = \beta_0 + \beta_1 sdy_{ij} + \beta_2 dissim_{ij} + \beta_3 btrade_{ij} + \beta_4 size_{ij} + e_{ij}, \quad (1)$$

A variável dependente, $sder_{ij}$, é o desvio padrão (do logaritmo) das variações cambiais bilaterais entre os países i (Angola) e j (cada um dos outros países considerados nesta dissertação – EUA, Zona Euro, Reino Unido, Japão e África do Sul). Para calcularmos esta variável utilizamos a seguinte fórmula:

$$sder_{ij} = \text{desvio padrão} [\Delta (\log er_{ij})] \quad (2)$$

com er_{ij} igual à taxa de câmbio nominal entre Angola e o país j , em cada ano. Isto é, calculamos o desvio padrão da variação do logaritmo da taxa de câmbio da moeda de Angola face a cada uma das cinco moedas consideradas.

No que respeita à assimetria dos business cycles, sdy_{ij} , esta foi medida como o desvio padrão da diferença nas taxas de crescimento do PIB real nos dois países (Angola e, à vez, cada um dos países ancora considerados):

$$sdy_{ij} = \text{desvio padrão} [\Delta (\log y_i) - \Delta (\log y_j)], \quad (3)$$

onde y é o PIB real.

Os valores da variável para cada par de moedas (ou de países) estão apresentados no quadro abaixo.

Quadro nº 7 – Assimetria das Conjunturas Nacionais

Anos	dólar	euro	libra	iene	rand
1999	0,111883	0,106324	0,113011	0,114367	0,107606
2000	0,112007	0,106099	0,112987	0,113228	0,107554
2001	0,113479	0,106266	0,113575	0,112905	0,10782
2002	0,116409	0,109531	0,117669	0,114624	0,111232
2003	0,04073	0,040937	0,039065	0,035914	0,034405
2004	0,039483	0,040526	0,037373	0,034712	0,032648
2005	0,048933	0,051141	0,0479	0,045315	0,039591
2006	0,061041	0,059282	0,059847	0,055623	0,048055
2007	0,072666	0,068074	0,068959	0,063732	0,056561
2008	0,072758	0,067976	0,070446	0,065476	0,057268
2009	0,065437	0,061805	0,065071	0,062059	0,054488
2010	0,062412	0,058076	0,060417	0,065519	0,052259
2011	0,063746	0,057937	0,059462	0,064881	0,053561
2012	0,065116	0,057667	0,059813	0,066179	0,053743

Para calcular a dissemelhança da composição das exportações (*dissim*), e tendo em atenção a limitada disponibilidade de dados relativos a Angola, utilizamos três categorias de produtos: produtos agrícolas, combustíveis e minerais e produtos manufaturados. A variável foi calculada como a soma do valor absoluto das diferenças entre as fracções que correspondem a cada uma das três categorias de produtos em cada par de países:

$$dissim_{ij} = \sum_{k=0}^9 |X_i^k - X_j^k|, \quad (4)$$

onde k é $k^{ésima}$ categoria de produto ($k = 1, 2$ ou 3) e X^k é a fracção desse produto no total do comércio de mercadorias.

Os valores desta variável são os que constam do quadro abaixo.

Quadro nº 8 – Dissemelhança da Composição das Exportações

Anos	EUA	Zona Euro	RU	Japão	África do Sul
1999	1,634269	1,637665	1,587632	1,680660	1,365077
2000	1,696776	1,683531	1,582351	1,746218	1,207922
2001	1,677642	1,667605	1,569811	1,715445	1,063497
2002	1,738803	1,730038	1,63481	1,775641	1,258018
2003	1,799339	1,790454	1,698317	1,843489	1,280908
2004	1,828704	1,825264	1,718395	1,879109	1,284148
2005	1,783784	1,774893	1,635745	1,841189	1,247373
2006	1,778225	1,76802	1,652953	1,84493	1,170557
2007	1,750356	1,75566	1,615919	1,813706	1,122645
2008	1,721468	1,749637	1,539918	1,812322	1,167586
2009	1,719221	1,756859	1,622547	1,775939	1,096285
2010	1,698354	1,743916	1,579731	1,803188	1,075172
2011	1,650035	1,726152	1,524411	1,802807	1,015192
2012	1,648263	1,700517	1,54901	1,80311	1,049628

A variável relativa à abertura comercial bilateral $btrade_{ij}$ é a média do rácio das exportações bilaterais sobre o PIB de ambos os países:

$$btrade_{ij} = \left(\frac{X_{ij}}{GDP_i} + \frac{X_{ji}}{GDP_j} \right) / 2 \quad (5)$$

com X_{ij} a representar os fluxos de exportações bilaterais do país i (Angola) para o país j .

O quadro abaixo mostra os valores desta variável:

Quadro nº 9 – Abertura Comercial Bilateral

Anos	EUA	Zona Euro	RU	Japão	África do Sul
1999	1,8989E-07	5,9251E-08	1,326E-09	6,6244E-10	3,3104E-09
2000	1,79925E-07	6,95742E-08	4,27586E-10	1,42344E-10	1,27689E-09
2001	1,66717E-07	8,66411E-08	5,31641E-09	1,13359E-09	1,36554E-09
2002	1,19119E-07	7,57395E-08	1,49667E-09	1,425E-08	1,90047E-09
2003	1,4427E-07	4,0194E-08	5,5837E-10	2,6309E-09	1,395E-09
2004	1,1127E-07	2,7865E-08	4,74069E-10	2,3418E-10	7,73927E-09
2005	1,42627E-07	5,21732E-08	4,5232E-10	3,18305E-10	6,35737E-09
2006	1,32443E-07	2,91803E-08	3,71006E-10	6,52037E-09	5,68087E-09
2007	9,7319E-08	4,10861E-08	2,46473E09	1,4715E-09	1,50911E-08
2008	1,05329E-07	5,55944E-08	5,92548E-09	1,66965E-10	1,83219E-08
2009	5,8468E-08	3,5737E-08	2,6853E-09	1,6936E-10	1,0483E-08
2010	6,771E-08	2,787E-08	5,132E-10	4,9E-10	1,198E-08
2011	6,051E-08	3,816E-08	1,923E-09	1,332E-10	8,74E-09
2012	4,00388E-08	3,0907E-08	5,08986E-09	1,55043E-09	1,39345E-08

Finalmente, para ter em conta a dimensão económica relativa de cada par de economias, calculamos a variável $size_{ij}$, que é a média do logaritmo dos PIBs dos dois países, medidos em dólares:

$$size_{ij} = (\log GDP_i^{usd} + \log GDP_j^{usd}) / 2 \quad (6)$$

Os valores são apresentados no quadro nº 10.

Quadro nº 10 – Dimensão Económica Relativa

Anos	EUA	Zona Euro	RU	Japão	África do Sul
1999	11,38725	11,31088	10,98546	11,21774	10,45647
2000	11,48664	11,37609	11,06682	11,31766	10,54215
2001	11,48823	11,37435	11,06217	11,28512	10,51151
2002	11,56915	11,46578	11,15321	11,3484	10,57112
2003	11,60649	11,53867	11,21322	11,39288	10,6888
2004	11,69108	11,63851	11,3193	11,48032	10,81635
2005	11,78376	11,72553	11,40787	11,55508	10,92147
2006	11,8821	11,82346	11,50781	11,63033	11,01891
2007	11,9712	11,93338	11,6187	11,71026	11,1187
2008	12,04631	12,02502	11,67753	11,80553	11,18074
2009	12,01815	11,98218	11,61117	11,79019	11,16563
2010	12,04627	11,99561	11,63814	11,82841	11,23818
2011	12,10368	12,06356	11,70574	11,89394	11,31063
2012	12,13321	12,06794	11,72568	11,91608	11,32062

Todas as variáveis foram calculadas com dados recolhidos de fontes credíveis, para um período de 14 anos, entre 1999 a 2012. Os dados sobre taxas de câmbio foram retirados da base de dados de informação histórica da corretora OANDA (<http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>), Todos os outros dados, exceto a informação sobre exportações de produtos (retirada da base das Nações Unidas COMTRADE), são do Fundo Monetário Internacional (da base International Financial Statistics).

Para calcular os índices de ZMO para Angola utilizamos o seguinte modelo, calibrado para África por Vieira e Vieira (2013) (o anexo apresenta os dados utilizados):

$$sd\hat{e}r_{ij} = -0.2988 + 0.0121 sdy_{ij} + 0.0043 dissim_{ij} - 0.0057 \ln btrade_{ij} + \quad (7)$$

$$+0.1277 \ln size_{ij} + 0.0223 dJap\tilde{a}o$$

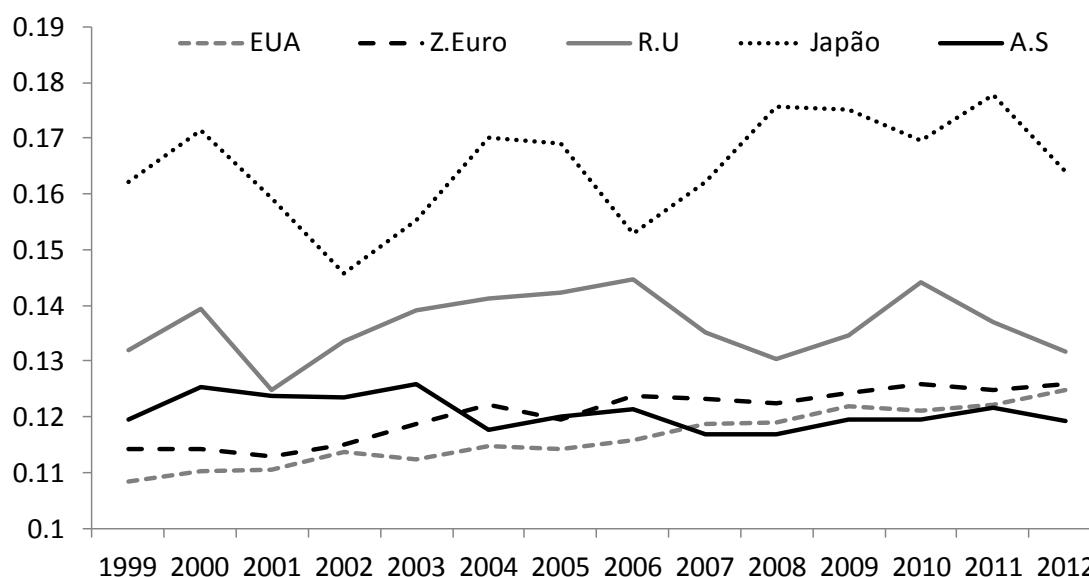
Utilizando este modelo, e a informação recolhida para as suas variáveis relativamente a Angola e a cada um dos países cujas moedas consideramos como possíveis âncoras do Kwanza, obtivemos os índices de ZMO que apresentamos no quadro abaixo.

Quadro nº11 Índice de Zonas Monetárias Ótimas

	EUA <i>dólar</i>	Zona Euro <i>euro</i>	Reino Unido <i>libra</i>	Japão <i>iene</i>	Africa do Sul <i>rand</i>
1999	0.108429	0.114155	0.131951	0.162295	0.119411
2000	0.110116	0.114168	0.139321	0.17146	0.125207
2001	0.110504	0.112832	0.124854	0.159129	0.123835
2002	0.113615	0.114929	0.133455	0.145694	0.123551
2003	0.112279	0.118779	0.139082	0.155163	0.125896
2004	0.114798	0.122112	0.141284	0.170066	0.117637
2005	0.114312	0.1194	0.142319	0.169111	0.120021
2006	0.115918	0.123843	0.144781	0.152869	0.121467
2007	0.11865	0.123128	0.135163	0.162192	0.116946
2008	0.118874	0.122354	0.130499	0.175647	0.116752
2009	0.121832	0.124373	0.134573	0.175202	0.119422
2010	0.121168	0.125833	0.144061	0.169719	0.11937
2011	0.122224	0.124761	0.137022	0.177839	0.121746
2012	0.124898	0.12582	0.131801	0.164104	0.119351

Esta informação tem uma leitura mais imediata se a representação for feita através de um gráfico:

Figura nº 5 Índice de Zonas Monetárias Ótimas



De acordo com a teoria, quanto menor for o índice de ZMO, melhores são as condições para a integração monetária. Isto é, para fixar a taxa de câmbio ou para substituir as duas moedas por uma só. Os resultados obtidos mostram que, até 2006, a decisão de ancorar a moeda angolana à moeda dos EUA era a mais adequada. Nenhuma outra moeda, daquelas que consideramos, permitia índices de ZMO menores. A partir de 2006 a situação muda um pouco. O dólar continua a ser uma boa escolha, mas não a melhor. A moeda da África do Sul é a que apresenta valores mais baixos para o índice, ainda que estes valores não sejam muito diferentes dos que obtemos para o euro e para o dólar. As escolhas menos adequadas, de acordo com a perspectiva de análise por nós adotada, são a libra esterlina e o iene.

Uma vez que o objetivo de Angola é continuar os seus projetos de integração económica e monetária no âmbito da SADC, a continuação da ligação entre o Kwanza e a moeda dos EUA é adequada. A SADC prevê a criação de uma União Monetária em 2016. Contudo, esta data é muito otimista dados os atrasos que se verificam no cumprimento das condições necessárias para a sua concretização. De qualquer forma, quanto mais tempo a moeda angolana estiver ancorada, mais preparada ficará a sua economia e as suas instituições para o momento em que o Kwanza for substituído por uma moeda comum aos países da SADC.

5. Conclusões

Nesta dissertação avaliamos cinco possíveis âncoras para a moeda angolana (o dólar norte americano, o euro, a libra inglesa, o iene japonês e o rand sul africano) na sua transição para uma situação de integração monetária completa no âmbito da SADC, utilizando dados para o período de 1999 a 2012. Ainda que a integração de Angola nesta comunidade regional esteja bastante atrasada, o país não desistiu dos compromissos assumidos e continua a planear o aprofundamento dos laços que o ligam aos outros membros da SADC.

Ao analisar os projetos de integração económica em África, Mundell, um dos principais teóricos das ZMO, aconselhou os países que pretendem participar em uniões monetárias a ancorar as respetivas moedas a divisas internacionais fortes, durante um período de tempo razoável, para se habituarem a gerir as economias nacionais sem recursos aos instrumentos domésticos de política monetária e cambial e, simultaneamente, manter os progressos entretanto alcançados no âmbito da integração comercial e do alinhamento de outras políticas económicas. Foi este conselho, e a observação dos problemas vividos por alguns membros da união monetária europeia, que inspiraram a investigação aqui desenvolvida.

Metodologicamente, a análise baseia-se no índice de ZMO proposto por Bayoumi e Eichengreen (1997), que tem a vantagem de permitir a operacionalização do conceito e permitir avaliar várias possibilidades de integração monetária e de ancoragem monetária. Utilizamos o modelo calibrado para África por Vieira e Viera (2013) para calcular os índices que servem de base à nossa análise. Uma vez que a variável dependente do modelo proposto é a variação cambial, menores valores do índice indicam melhor adequação para ancorar a moeda angolana. Os resultados sugerem que a opção atual de utilizar o dólar norte-americano como moeda de referência é adequada, mas a melhor escolha seria a moeda sul-africana. Este resultado reveste-se de especial interesse por se tratar de uma moeda de um país que é também membro da SADC, relativamente ao qual a economia angolana tem exibido sinais de substancial convergência.

Angola é um país com grande potencial, que se encontra numa fase de preparação para uma maior integração regional. A sua população é jovem e está em crescimento, mas apresenta valores para o IDH relativamente baixos. O nível educacional, que ainda é baixo, tem vindo a melhorar, sendo de salientar a redução das taxas de

analfabetismo. A economia angolana tem sido das mais dinâmicas do continente africano e apresenta dos mais altos níveis de crescimento do PIB à escala mundial. A nível das políticas económicas, o principal propósito do governo angolano tem sido o controlo da moeda em circulação, com o objetivo de desacelerar a taxas de inflação que, no passado recente, apresentou valores muito elevados. Os défices orçamentais têm igualmente sido objeto de preocupação governamental, sendo que os recentes equilíbrios têm sido conseguidos através das receitas petrolíferas.

Todos os objetivos que se pretendem atingir no âmbito da SADC são muito positivos para o desenvolvimento económico e social de Angola. O sucesso deste projeto de integração permitiria promover a interdependência entre os países envolvidos e constituir uma união entre os povos. A aposta na produção interna de bens e serviços seria vantajosa para o fortalecimento das relações económicas entre os países, na perspetiva da inovação e da resposta à crescente procura interna. Seria igualmente benéfica para fortalecer a competitividade a nível da região. Seria reduzida a dependência internacional, centrada na importação de produtos alimentares, que tem resultado em défices da balança de pagamentos e faz com que os consumidores paguem preços relativamente altos e fiquem sujeitos a choques externos.

A aplicação de investimentos, troca de conhecimentos e experiências laborais podia fomentar o desenvolvimento da região. A junção de políticas sociais, económicas e culturais para os 15 países é fundamental para o todo e para cada um dos participantes na união. Igualmente a utilização de uma única moeda por todos exigiria bastante preparação, atenção, rigor e acima de tudo seriedade para que não seja prejudicial mas, que se alcance equilíbrio entre as economias, sabendo que nem todas estarão igualmente preparadas para suportar esta forma de integração.

Uma união monetária completa pressupõe a utilização de uma única moeda, a perda dos instrumentos nacionais de política monetária e cambial pois as políticas nacionais serão substituídas por políticas comunitárias. Uma das formas de avaliar a adequação dos diferentes países para este tipo de integração são os desenvolvimentos teóricos produzidos no âmbito da TZMO. Estes desenvolvimentos têm identificado critérios diferenciados que devem ser satisfeitos para minimizar os custos e potenciar as vantagens da integração monetária. A metodologia proposta por Bayoumi e Eichengreen (1997) baseia-se precisamente em alguns dos critérios da TZMO – mais precisamente nos que dizem respeito à integração comercial e à simetria das conjunturas económicas. O exercício empírico por nós desenvolvido mostra que a decisão tomada pelo governo angolano há algum tempo de ancorar a sua moeda ao

dólar norte-americano é adequada. Contudo, a evolução do valor dos índices de ZMO ao longo do período analisado sugere que a moeda da África do Sul seria a melhor escolha. Este resultado é muito positivo, na medida que sugere uma crescente tendência de integração real da economia angolana com um dos parceiros mais importantes, em termos económicos, da SADC. Estudos futuros podem aprofundar esta temática, nomeadamente investigando a forma como os diferentes membros da SADC têm evoluído em termos de integração comercial, pois é esta que justifica a evolução para um cenário de integração monetária.

6. Bibliografia

BAYOUMI, T. e EICHENGREEN, B. (1997) Ever closer to heaven? An optimum-currency-area index for European countries, *European Economic Review*, 41 (3-5):761-770.

COELHO, D. S. (2012) *Introdução à Teoria das Zonas Monetárias Ótimas*. Academia Económica - Política, Finanças, Informação e Opinião.

COIMBRA, P. (2001) Teorias de Integração Monetária - aplicação à União Europeia, *Gestão e Desenvolvimento*, (10): 243-258.

FERREIRA, M. E. (2006) *Integração Económica em África; Poder e Identidade*. Disponível em: <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/6891.pdf>

FLEMING, J.M. (1971) On Exchange Rate Unification, *The Economic Journal* (81): 467-488.

HABERLER, G. (1970) The International Monetary System: some recent Developments and Discussions, in: George Halm (Ed.) *Approaches to Greater Flexibility in Exchange Rates*, Princeton University Press: 115-23.

INGRAM, J. (1973) *The case for European Monetary Integration*, Princeton Essays in International Finance 98, Princeton University Press.

JOHNSON, H. G. (1970) *The Case for Flexible Exchange Rates*, 1969. Federal Reserve Bank of St. Louis Review (52):12–24.

JOVANOVIC, M. (1998) *The Economics of European Integration*, Edward Elgar.

KENEN, P.B. (1969) The Theory of Optimum Currency Areas: An Eclectic View, in: R.A. Mundell and A.K. Swoboda (eds.) *Monetary Problems of the International Economy* (Chicago: Chicago University Press): 41-60.

MCKINNON, R.I. (1963) Optimum Currency Areas, *American Economic Review* (53): 717-725.

MENDONÇA, A. (1995) *O Conceito de Zona Monetária Ótima e o Problema da sua Aplicação à Discussão sobre o Processo de Integração Monetária na Europa*. Consultado em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/1143/1/AM-O%20CONCEITO%20DE%20ZONA%20MONET%C3%81RIA.pdf>

MINTZ, N.N. (1970) Monetary Union and Economic Integration, The Bulletin, New York University.

MUNDELL, R.A. (1961) A Theory of Optimum Currency Areas, American Economic Review (51): 657-665.

MUNDELL, R. (2002) Does Africa need a common currency? Key note Presentation, African Development Forum III, March 3-8, United Nations Economic Commission for Africa, Addis Ababa.

PEREIRA, J. (2012) Apontamentos de Economia e Política Monetária- Universidade de Évora.

ROBSON, P (1985) Teoria Económica da Integração Internacional, Editora Coimbra.

ROCHA, M. J. A. (1999) Angola Estabilização, Reformas e Desenvolvimento, Edição: Luanda Antena Comercial.

ROCHA, M. J. A. (2001) Os Limites do Crescimento Económico em Angola, Edição: Executive Center e Luanda Antena Comercial.

TAVLAS, G. S. (1993) The “New” Theory of Optimum Currency Areas, The World Economy (6) 6: 663-685.

VIEIRA, C. and VIEIRA, I. (2013) Monetary Integration in Eastern and Southern Africa: Choosing a Currency Peg for COMESA, South African Journal of Economics (81) 3: 307-466.

VIEIRA, I. (1996) A União Monetária Europeia na Perspectiva da Teoria das Zonas Monetárias Ótimas, In: Ensaios de Homenagem a Manuel Jacinto Nunes, Universidade Técnica de Lisboa, Instituto Superior de Economia e Gestão: 374-380.

7. Outras fontes de informação:

BANCO MUNDIAL - Angola Economic Update, número 1, junho, 2013.

CIA World Factbook - Angola Investimento Direto Estrangeiro, Outubro, 2011.

Economist Intelligence Unit (EIU).

Fundo Monetário Internacional: International Financial Statistics.

Human Development Report – 2013.

Instituto Nacional de Estatística de Angola: Resultados Preliminares do Recenseamento Geral da População e da Habitação de Angola, 2014.

MED – Ministério da Educação -1989.

Nações Unidas – base de dados COMTRADE.

UNITED ECONOMIC COMMISSION FOR AFRICA – UNECA (2012) - Assessing Regional Integration in Africa V: Towards an African Continental Free Trade Area, Addis Ababa, Ethiopia.

United States Energy Information Administration- International Energy Statistics.

World Economic Forum – Competitiveness Report.

8. Anexo: Dados utilizados para cálculo do índice de Bayoumi e Eichengreen:

Quadro Nº A.1 - Taxas de câmbio

	USD/AOA	JPY/AOA	EUR/AOA	GBP/AOA	ZAR/AOA
2000	5,8758	0,0545	5,4297	8,9065	0,8501
2001	11,4591	0,094	10,2877	16,5516	1,2676
2002	32,3958	0,2595	30,7055	48,7791	3,1094
2003	57,1198	0,4932	64,6396	93,3841	7,5978
2004	57,1198	0,5284	71,0262	104,6606	8,8728
2005	74,5447	0,673	92,1188	134,8404	11,6307
2006	86,6359	0,7452	108,723	159,452	12,8794
2007	77,1881	0,6554	105,6715	154,3971	10,923
2008	74,784	0,7248	110,0016	138,6911	9,1714
2009	77,7667	0,833	108,6394	121,9499	9,3624
2010	91,6637	1,0459	121,6506	141,6739	12,5034
2011	93,5442	1,1744	130,2349	150,0171	12,9293
2012	95,1337	1,1927	122,3193	150,7644	11,5931
2013	96,1706	0,9867	127,7217	150,4575	9,9956

Fonte: <http://www.oanda.com/lang/pt/currency/historical-rates/>

Quadro Nº A.2 - Assimetria das Conjunturas Nacionais: PIB Real (moeda local)

	Angola	Euro	RU	Japão	EUA	AS
1999	4,45E+11	7,08E+12	1,06E+12	4,64E+14	1,11E+13	1,25E+12
2000	4,59E+11	7,47E+12	1,1E+12	4,75E+14	1,16E+13	1,3E+12
2001	4,78E+11	7,62E+12	1,13E+12	4,77E+14	1,17E+13	1,34E+12
2002	5,44E+11	7,69E+12	1,15E+12	4,78E+14	1,19E+13	1,39E+12
2003	5,73E+11	7,75E+12	1,2E+12	4,86E+14	1,22E+13	1,43E+12
2004	6,35E+11	7,92E+12	1,24E+12	4,97E+14	1,27E+13	1,49E+12
2005	7,51E+11	8,05E+12	1,28E+12	5,04E+14	1,31E+13	1,57E+12
2006	9,06E+11	8,31E+12	1,31E+12	5,12E+14	1,34E+13	1,66E+12
2007	1,11E+12	8,55E+12	1,36E+12	5,24E+14	1,37E+13	1,75E+12
2008	1,26E+12	8,58E+12	1,35E+12	5,18E+14	1,36E+13	1,81E+12
2009	1,3E+12	8,2E+12	1,28E+12	4,9E+14	1,33E+13	1,79E+12
2010	1,34E+12	8,36E+12	1,3E+12	5,12E+14	1,36E+13	1,84E+12
2011	1,39E+12	8,5E+12	1,31E+12	5,09E+14	1,38E+13	1,91E+12
2012	1,49E+12	8,44E+12	1,31E+12	5,19E+14	1,42E+13	1,95E+12

Fonte: World Development Indicators

Quadro Nº A.3 - Dissemelhança da Composição das Exportações – Angola e EUA

	Angola	EUA

	P. Agric.	Miner.	Manufact.	P. Agric.	Miner.	Manufact.
1999	0,008257	0,870737	0,118209	0,094771	0,031631	0,826858
2000	0,005504	0,898824	0,07908	0,091325	0,0355	0,826712
2001	0,006832	0,888102	0,089452	0,096032	0,036393	0,826186
2002	0,005566	0,925344	0,068229	0,099203	0,035618	0,823762
2003	0,005048	0,959803	0,034598	0,105195	0,038909	0,812897
2004	0,006514	0,981168	0,012319	0,097753	0,046248	0,814864
2005	0,002439	0,968801	0,02876	0,092029	0,056271	0,810424
2006	0,001957	0,979342	0,018701	0,090299	0,06881	0,798052
2007	0,001164	0,954899	0,010236	0,099022	0,073563	0,781399
2008	0,000369	0,981338	0,018053	0,108717	0,098018	0,747852
2009	0,000782	0,965888	0,033119	0,113238	0,083639	0,757636
2010	0,00046	0,974488	0,024864	0,111517	0,100542	0,738215
2011	0,000288	0,977011	0,022528	0,113677	0,125406	0,707569
2012	0,000413	0,972507	0,026876	0,111217	0,121099	0,712926

Fonte: COMTRADE

Quadro Nº A.4 - Dissemelhança da Composição das Exportações – Zona Euro e Reino Unido

	Euro			RU		
	P. Agric.	Miner.	Manufact.	P. Agric.	Miner.	Manufact.
1999	0,103825	0,038087	0,825137	0,067265	0,065694	0,841789
2000	0,097354	0,054497	0,825397	0,059802	0,108079	0,816389
2001	0,096354	0,050833	0,828125	0,057496	0,104933	0,825429
2002	0,098537	0,050244	0,829268	0,061087	0,10239	0,824657
2003	0,1	0,053061	0,82449	0,066282	0,106185	0,818066
2004	0,095876	0,056701	0,824742	0,064126	0,116428	0,808361
2005	0,095192	0,072115	0,814103	0,05752	0,121953	0,762575
2006	0,093103	0,086207	0,801724	0,052827	0,130505	0,771948
2007	0,094132	0,085575	0,804401	0,062142	0,14723	0,757507
2008	0,09867	0,095787	0,782705	0,062722	0,176698	0,690977
2009	0,110541	0,076068	0,789174	0,073396	0,144334	0,761497
2010	0,105128	0,089487	0,779487	0,069687	0,164677	0,725557
2011	0,105727	0,103304	0,768722	0,068451	0,176055	0,677819
2012	0,106912	0,111982	0,760369	0,071379	0,181053	0,713465

Fonte: COMTRADE

Quadro Nº A.5 - Dissemelhança da Composição das Exportações – Japão e África do Sul

	Japão	AS
--	-------	----

	P. Agric.	Miner.	Manufact.	P. Agric.	Miner.	Manufact.
1999	0,010085	0,015091	0,941395	0,092695	0,180813	0,708923
2000	0,009075	0,015518	0,938422	0,109077	0,182229	0,466836
2001	0,012662	0,017331	0,928297	0,109359	0,307047	0,469368
2002	0,01065	0,016409	0,929944	0,111985	0,180861	0,475438
2003	0,01014	0,016593	0,929786	0,116162	0,250137	0,494728
2004	0,009548	0,019575	0,926801	0,101012	0,271196	0,491996
2005	0,010026	0,02496	0,918521	0,101617	0,296894	0,505049
2006	0,010003	0,03145	0,907693	0,085173	0,343312	0,470012
2007	0,01059	0,037212	0,896829	0,079871	0,366002	0,465279
2008	0,01064	0,048175	0,886942	0,087105	0,35405	0,471614
2009	0,013545	0,044435	0,874843	0,108287	0,352833	0,408845
2010	0,013175	0,042666	0,883516	0,097246	0,377196	0,405958
2011	0,013272	0,045496	0,880835	0,09045	0,334821	0,376762
2012	0,013598	0,044244	0,888537	0,095141	0,393142	0,40241

Fonte: COMTRADE

Quadro Nº A.6 - Abertura Comercial Bilateral – Exportações de Angola para Parceiros (USD)

	Euro	Japão	AS	RU	EUA
1999	728,429	8,134	31,867	15,884	2336,64
2000	1269,21	2,55	9,733	7,11	3285,09
2001	1546,97	20,194	1,311	94,217	2979,36
2002	1891,3	356,14	11,374	36,644	2977,55
2003	1138,23	74,544	2,044	14,584	4096,64
2004	1088,75	7,874	260,672	16,662	4360,82
2005	2936,5	17,221	296,297	22,051	8042,18
2006	2426,22	543,311	366,175	24,441	11067,6
2007	4939,06	175,179	1659,81	286,225	11750,8
2008	9318,67	22,529	2809,49	981,081	17725,2
2009	5356,62	22,898	1404,1	387,937	8821,18
2010	4562,59	78,905	1783,21	64,147	11164,7
2011	7890,62	25,166	1585,74	380,258	12575,5
2012	6983,3	348,567	2770,84	1138,98	9118,36

Fonte: Fundo Monetário Internacional (International Financial Statistics)

Quadro Nº A.7 - Abertura Comercial Bilateral – Exportações de Parceiros para Angola (USD)

	AS	Japão	UK	USA	Euro
--	----	-------	----	-----	------

1999	191,73	12,918	107,116	253,1	624,737
2000	197,863	25,436	113,816	219	666,815
2001	304,957	30,609	133,187	276,1	900,046
2002	320,903	34,966	100,161	372,5	1016,38
2003	444,521	52,796	168,632	491,9	1673,198
2004	477,19	310,477	217,641	594,3	1472,408
2005	545,316	118,527	284,639	928	1781,526
2006	679,009	186,89	390,104	1550,3	2731,41
2007	772,733	186,071	545,217	1280,2	4123,166
2008	894,586	321,873	535,773	2116,8	6133,003
2009	672,85	178,626	513,577	1422,9	5667,623
2010	854,52	130,057	569,757	1291,8	4263,222
2011	897,603	144,201	470,919	1500,9	4885,086
2012	1368,32	257,79	467,874	1489,4	5990,841

Fonte: Fundo Monetário Internacional (International Financial Statistics)

Quadro Nº A.8 - Abertura Comercial Bilateral e Dimensão Económica Relativa – PIBs (USD)

	Angola	USA	Euro	RU	Japão	AS
1999	6,15E+09	9,67E+12	6,8028E+12	1,52E+12	4,43E+12	1,33E+11
2000	9,13E+09	1,03E+13	6,1906E+12	1,49E+12	4,73E+12	1,33E+11
2001	8,936E+09	1,06E+13	6,2742E+12	1,49E+12	4,16E+12	1,18E+11
2002	1,25E+10	1,10E+13	6,8336E+12	1,62E+12	3,98E+12	1,11E+11
2003	1,42E+10	1,15E+13	8,4151E+12	1,88E+12	4,30E+12	1,68E+11
2004	1,96E+10	1,23E+13	9,6551E+12	2,22E+12	4,66E+12	2,19E+11
2005	2,82E+10	1,31E+13	1,00186E+13	2,32E+12	4,57E+12	2,47E+11
2006	4,18E+10	1,39E+13	1,06105E+13	2,48E+12	4,36E+12	2,61E+11
2007	6,04E+10	1,45E+13	1,21823E+13	2,86E+12	4,36E+12	2,86E+11
2008	8,42E+10	1,47E+13	1,33267E+13	2,69E+12	4,85E+12	2,73E+11
2009	7,55E+10	1,44E+13	1,22014E+13	2,21E+12	5,04E+12	2,84E+11
2010	8,25E+10	1,50E+13	1,18787E+13	2,29E+12	5,50E+12	3,63E+11
2011	1,04E+11	1,55E+13	1,2885E+13	2,48E+12	5,90E+12	4,02E+11
2012	1,14E+11	1,62E+13	1,19942E+13	2,48E+12	5,96E+12	3,84E+11

Fonte: Fundo Monetário Internacional (International Financial Statistics)